

# Categorização social, identidade social e homogeneidade de outgroup: uma análise conceptual (\*)

JOSÉ M. MARQUES (\*\*)

O estudo da percepção intergrupos tem vindo a ser desenvolvido segundo 2 vectores: um, derivado da teoria da identidade social (Tajfel, 1978; Tajfel & Turner, 1979; Turner, 1975, 1987); outro, derivado da corrente designada por LeVine e Campbell (1972) por «percepção dos atributos do outgroup», que encontrou eco na corrente da «Social Cognition» (cf Wyer & Srull, 1984), sob a égide da hipótese da homogeneidade do outgroup (Linville, 1982; Linville & Jones, 1980; Rothbart, 1981; Taylor, 1981; Wilder, 1984). Os postulados destas duas linhas de estudo, os pressupostos dos autores que neles se têm inspirado, e, os padrões de resultados obtidos através das suas investigações, podem ser classificados segundo uma tabela com 6 entradas correspondentes a 3 dimensões referentes ao (1) *estatuto psicológico* dos julgamentos dos sujeitos (cognitivo vs cognitivo-emocional), ao (2) *padrão de julgamento* predito (fixo vs flexível), e (3) à  *direcção dos julgamentos* (bipolar vs unipolar).

No que diz respeito à primeira dimensão, enquanto que os estudos baseados na teoria da identidade social e alguns outros, não relacio-

nados com esta teoria (por ex, Millar & Tesser, 1986), postulam que os julgamentos sobre o ingroup e o outgroup resultam da interacção entre processos de ordem cognitiva e processos de ordem emocional, outros postulam que esses julgamentos dependem de factores ligados a um puro processamento de informação, e, mais precisamente, a limitações de ordem perceptiva e mnemónica dos sujeitos. No que se refere à segunda dimensão, enquanto que alguns estudos ilustram um padrão estável de julgamento intergrupos, outros mostram que esse padrão pode ser alterado por variáveis adicionais. No que respeita à terceira dimensão, enquanto que alguns estudos se preocupam com a avaliação de alvos do ingroup e do outgroup apresentados de forma socialmente desejável e socialmente indesejável, outros preocupam-se exclusivamente com a avaliação de alvos a que poderemos chamar «neutros» ou «globais».

O objectivo deste artigo é o de rever alguns estudos classificáveis segundo esta tipologia e, ao mesmo tempo, de apresentar um fenómeno a que chamámos *black sheep effect* (Marques, 1986; Marques & Yzerbyt, 1988; Marques, Yzerbyt & Leyens, 1988), cuja integração nesta tipologia poderá contribuir para uma elucidação parcial da discrepância aparente entre os padrões de resultados obtidos pela investigação empírica.

(\*) Este artigo baseia-se parcialmente num seminário apresentado nas Universidades de Tilburg, Holanda, e de Bochum, R.F.A., em Março de 1987, com a colaboração de V. Y. Yzerbyt.

(\*\*) Psicólogo Social. Professor na Academia da Força Aérea e no Instituto de Novas Profissões, Lisboa.

## O ESTATUTO PSICOLÓGICO DOS JULGAMENTOS INTERGRUPOS: COGNITIVO VERSUS COGNITIVO-EMOCIONAL

O estudo dos esterótipos e da categorização social é, actualmente, um foco de dissensão teórica. Sem dúvida, existe um acordo entre os diferentes autores acerca do facto de que *«stereotyping involves an act of social perception on the part of an observer who assigns — overtly or in thought — a dispositional quality (trait, attitude, motive, intention) to another individual or group. The stimulus for the stereotype consists of some feature of the individual — in principle, any feature, but typically a quality of the individual's physiological or biological identity (race, age, sex, physical appearance) — or an aspect of the individual's social or behavioral identity (religion, ethnicity, biographical history in terms of mental illness or imprisonment)»* Whatever the particular «trigger», stereotypes are viewed as embellishments, as extrapolations or miniature theories built around the categorical property or social identity at issue» (Miller, 1982, pp. 28-29). No entanto, esta definição escamoteia duas explicações diametralmente opostas quanto à natureza e às funções do processo de categorização social. Uma dessas explicações é fornecida pela teoria da identidade social. Esta teoria propõe que os estereótipos correspondem a estruturas cognitivas determinadas por valores sociais, cuja função é preservar um sentimento de positividade do auto-conceito do próprio sujeito percipiente. A outra explicação é fornecida pelas abordagens inspiradas na «social cognition», para as quais os estereótipos não são mais do que simplificações ou, nalguns casos, distorções, decorrentes da incapacidade dos seres humanos para processarem toda a informação disponível no seu contexto social.

### A DETERMINAÇÃO COGNITIVA-EMOCIONAL DOS ESTEREÓTIPOS

A raiz da teoria da identidade social pode ser encontrada na proposta elaborada por Taj-

fel (1969) de que as relações entre grupos, até aí analisadas predominantemente com base em modelos mecanicistas (cf. também Billig, 1976), são, antes, explicáveis por factores cognitivos associados a valores relevantes para a cultura de inserção dos indivíduos: o processo de categorização, por si só, aumentaria a percepção de diferenças entre membros de grupos diferentes, e, de semelhanças entre membros de um mesmo grupo, mas os critérios que presidiriam a esse processo seriam socialmente construídos e consensualmente aceites pela sociedade em geral. Noutros termos, as categorias sociais não existirão enquanto fenómenos objectivos, dotados de propriedades psicofísicas, mas, em vez disso, elas corresponderão a constructos sociais (Tajfel, 1978, 1982). Na sequência de uma ideia veiculada por Allport (1954), Tajfel (1969) sugeriu igualmente que estas categorias e crenças têm uma função de justificação das relações reais existentes na sociedade. Assim, embora o processo de categorização social em si mesmo seja invariante, o conteúdo atribuído às categorias assim formadas, dependerá das ideologias e da estrutura cultural em que esse processo ocorre. Logo, o ponto de vista cognitivo de Tajfel inscreve-se também numa orientação sócio-cultural de abordagem dos estereótipos (cf. Ashmore & DelBoca, 1981).

### CATEGORIZAÇÃO E IDENTIDADE SOCIAL

No entanto, os factores sócio-culturais salientados por Tajfel (1969) não são as únicas componentes adicionais aos factores cognitivos determinantes da formação de estereótipos. Como o salientou este autor, o indivíduo tende a afiliar-se num grupo quando este é susceptível de lhe fornecer alguns aspectos satisfatórios para a sua identidade: «An improved group position and the resulting stronger affiliation of its members is often achieved at the cost of using the group's capacity to put another group at a disadvantage (...) An intensified affiliation with a group is only possible when the group is capable of supplying some satisfactory aspects of an indivi-

*dual's social identity*» (p. 95). Torna-se, assim, claro que nesta perspectiva, uma diferença fundamental entre o processo de categorização social e o processo geral de categorização (por ex, Bruner, Goodnow & Austin, 1956; Smith & Medin, 1981), são as consequências directas daquele processo para o próprio percipiente. Como afirmou Billig (1976), «*the instances of a social categorization can identify with their label, whereas the issue of identification does not arise in the case of the non-social category. A social categorization can be «reflexive» in that it can alter and determine the self-conception of what is categorized*» (p. 334).

Foi neste sentido que, mais tarde, Tajfel (1978) propôs que a categorização social tem 3 componentes psicológicas: uma componente cognitiva, que se refere ao facto de que o indivíduo conhece a sua pertença a uma categoria social; uma componente avaliativa, referente à organização das categorias sociais em termos das suas posições relativas numa dimensão de valor; uma componente emocional ligada às consequências das componentes anteriores para o indivíduo. Estas três componentes estarão na base da identidade social do indivíduo e têm implicações directas para o seu auto-conceito.

Para além disso, a identidade social do indivíduo não depende exclusivamente das três componentes citadas. Como apontou Tajfel (1978) a(s) categoria(s) social(ais) de inserção do indivíduo necessita(m) de ser(em) reconhecida(s) enquanto tal(is) por outros indivíduos que lhe(s) são exteriores. Tal como os estereótipos dependem da criação de um consenso social sobre a existência de um dado grupo, também o valor atribuído à pertença categorial dos indivíduos depende desse consenso.

#### IDENTIDADE E COMPARAÇÃO SOCIAL

Turner (1975) tinha elaborado este ponto de vista, atribuindo um estatuto de relatividade à identidade social do indivíduo: esta, só se define em comparação com outras identida-

des sociais: «*Any individual defines himself as well as other in terms of his location within a system of social categories — specifically, social group memberships — and social identity may be understood as his definition of his own position within such a system*» (Turner, 1975, p. 7). Uma implicação deste facto é que o indivíduo deverá necessariamente utilizar um outgroup como referente para a sua «positividade» enquanto membro de um ingroup (Tajfel, 1978). Neste processo, o indivíduo pode utilizar diferentes recursos, tais como a escolha de dimensões de comparação favoráveis ao seu grupo, de outgroups alternativos vantajosos, a mudança nas conotações dos atributos do ingroup e/ou do outgroup, ou a mudança real desses atributos (cf Lemaire, 1974; Lemaire, Katzerstein & Personnaz, 1978; Rijsman, 1983; Taylor & McKirnan, 1984). A investigação inspirada pela teoria da identidade social produziu evidência, nomeadamente para este aspecto, através do *minimal group paradigm* (Tajfel, Billig, Bundy & Flament, 1971), de que falaremos mais abaixo.

Embora não possamos chamar ao que acima foi dito, um «resumo» da teoria da identidade social (resumo que poderemos encontrar em trabalhos como o Tajfel, 1978, ou de Tajfel & Turner, 1979), as ideias enunciadas são suficientes para ilustrar o facto de que, para esta teoria, o processo de categorização social tem antecedentes socio-cognitivos propriamente ditos e consequências emocionais relevantes para o próprio indivíduo.

#### A DETERMINAÇÃO PERCEPTIVA DOS ESTEREOTIPOS

Um ponto de vista diametralmente oposto ao anterior é fornecido pelos estudos que se baseiam nos postulados da «social cognition». As abordagens inspiradas nestes postulados, centram-se no problema das causas e consequências do contacto directo entre grupos. O contacto entre grupos tem sido suposto influenciar as relações entre os seus membros e, logicamente, as suas imagens recíprocas.

Como o sugerem Wilder e Cooper (1981), «*it seems intuitive that persons usually have greater contact with groups they belong to than with outgroups. Greater contact with ingroups should provide more opportunities to encounter a diversity of persons and behaviors. Consequently, persons are likely to have developed a more differentiated and complex view of ingroup than outgroup members*» (p. 261). Este ponto de vista é uma derivação da ideia proposta por Campbell (1967) segundo a qual a correção da imagem ligada a um outgroup é uma função inversa dos contactos com membros desse grupo. Assim, enquanto que, para a teoria da identidade social, o estatuto de um grupo assim como das crenças que lhe estão associadas é um constructo social, segundo esta perspectiva, uma categoria social é o reflexo cognitivo de um padrão de estimulação disponível para as actividades sensoriais do indivíduo. A diferença entre esse padrão de estimulação e a sua representação cognitiva será devida a distorções e simplificações de carácter psicológico geral: o contacto repetido com qualquer domínio de estimulação (humano ou não-humano) aumentará a probabilidade de que seja encontrada informação incongruente ou contraditória com crenças prévias sobre esse domínio de estimulação (Higgins, Kuiper & Olson, 1981). Essa informação induzirá um processamento cognitivo mais profundo e mais lento (Taylor & Crocker, 1981) que, por seu lado, aumentará a memorização (Hastie, 1981) e, conseqüentemente, a complexidade da representação cognitiva que lhe está associada (Cantor & Mischel, 1979; Ostrom, Pryor & Simpson, 1981; Weber & Crocker, 1983). Dado que os indivíduos são supostos interagir mais frequentemente com membros do ingroup do que com membros de outgroups, as representações cognitivas sobre o ingroup deveriam ser internamente mais diferenciadas do que as representações cognitivas do outgroup, por exemplo, em termos de um maior número de dimensões atribucionais ortogonais (Judd & Lusk, 1984). Esta diferença reflectir-se-ia, quer em termos de uma

maior acuidade perceptiva sobre estímulos do ingroup, quer em termos de um menor grau de estereotipia dos julgamentos sobre esses estímulos.

#### O PAPEL DA SALIÊNCIA E DA FAMILIARIDADE DOS INDÍCIOS PERCEPTIVOS NA ESTEREOTIPIA DOS JULGAMENTOS SOBRE O INGROUP E O OUTGROUP

É com base nesta ideia que Taylor (1981) propôs a seguinte explicação para a emergência de julgamentos estereotípicos: «*assuming membership in a category to be the epitome of familiarity with that category, we might expect (members of that category) to be better at making discriminations within (it) (...). Familiarity with members of a category provides anchor points, either in form of objective information about objects and their attributes or in terms of subjective opinions about them*» (pp. 86-87). Noutros termos, Taylor sugere que as dimensões perceptivas salientes nos indivíduos (por exemplo, o tom da pele) levam-nos a ser categorizados em termos tanto mais estereotipados quanto menor fôr a familiaridade do percipiente com outros que ocupem posições idênticas ao longo dessas dimensões perceptivas. Esta ideia parece ser legitimada por alguns estudos realizados por Taylor, Fiske, Etcoff e Ruderman (1978).

Num desses estudos, Taylor *et al* (1978) pediram a sujeitos de raça branca que ouvissem uma discussão gravada entre 3 actores de raça branca e 3 actores de raça negra. A cara de cada participante era projectada, através de um diapositivo, a cada intervenção sua. Após a discussão, os sujeitos deviam atribuir cada intervenção, que lhes era agora apresentada por escrito, com cada participante, que lhes era apresentado através de uma fotografia. A hipótese era que, já que faziam parte do grupo racial dos sujeitos, os participantes de raça branca seriam mais facilmente reconhecidos do que os participantes de raça negra: os sujeitos confundiriam menos os primeiros do que os segundos, entre si.

É de salientar, no entanto, que os resultados mostraram que, embora o número de erros inter-raciais fôsse diminuto, os sujeitos confundiam tão facilmente os participantes brancos como os participantes negros entre si. Este padrão de resultados repetiu-se noutro estudo em que a dimensão «raça» foi substituída pela dimensão «sexo».

Num terceiro estudo, Taylor e colegas variaram a proporção de participantes de cada sexo num grupo de discussão observado por sujeitos de ambos os sexos. Os sujeitos, divididos em 7 condições experimentais, assistiram a uma sessão em que participavam, ou 6 actores do mesmo sexo (masculino ou feminino), ou 5 actores de um sexo e 1 actor do outro, ou 4 actores de um sexo e 2 actores do outro, ou 3 actores de cada sexo. Para além da hipótese da familiaridade com o ingroup, foi também predito que a saliência perceptiva de cada participante seria uma função inversa do número de outros participantes do seu sexo, e que se traduziria num menor número de erros de reconhecimento das suas intervenções. Os resultados indicaram, mais uma vez, que as pertenças categoriais dos participantes não tinham incidência significativa nos erros de reconhecimento, embora a atenção que suscitavam aumentasse com a sua saliência.

Taylor *et al* (1978) justificaram a não-confirmação da hipótese de diferenciação intra-grupal no caso do ingroup, sugerindo que *«the inability to discriminate among members of a particular group occurs only in conditions where (...) it will prove to be useful to be able to identify members of own race or sex and their contributions rather than those of other race or sex. Alternatively, it may be that membership in a category gives no special advantage apart from familiarity, and these subjects may have been highly familiar with both males and females and blacks and whites»* (p. 791).

Mas ambas as justificações parecem levantar mais problemas do que aqueles que resolvem. Nomeadamente, os autores deveriam poder explicar, com base no seu modelo de determinação puramente perceptiva do pro-

cesso de discriminação inter- e intra-grupal, porque é que seria «útil» negligenciar certa informação em certas circunstâncias e não outras, e o que significa exactamente essa noção de «utilidade». Por outro lado, os autores deveriam poder explicar através de que processo dois grupos distintos, mas, ainda assim, familiarizados um com o outro, poderiam ser considerados pelos sujeitos como ingroup e outgroup, já que este argumento parece essencialmente contraditório com o ponto de partida do modelo.

A não-confirmação da hipótese da familiaridade com o ingroup, levanta sérios problemas quanto à suposta génese perceptiva dos estereótipos. Porque deveriam factores puramente perceptivos influenciar a discriminação entre membros de grupos diferentes e não entre membros de um mesmo grupo (este facto corresponde aos dados obtidos pelos autores, mas está em contradição com a sua hipótese)? Embora Taylor (1981; Taylor *et al*, 1978) não o tivesse reconhecido nos seus trabalhos, já em 1963, Tajfel & Wilkes haviam proposto uma explicação parcimoniosa para o fenómeno evidenciado naqueles estudos. No entanto, a explicação fornecida por Tajfel e Wilkes baseia-se em processos de construção cognitiva e não de reprodução cognitiva da estimulação recebida. O comentário de Tajfel (1982) sobre o modelo de Taylor (1981) ilustra claramente a verdadeira extensão da problemática em questão: *«In some ways (Taylor's, 1981) argument begs the question, since it fails to provide a rationale as to why some individuals are singled out as a basis for the formation of stereotypes and others are not. For example, it is unlikely that (...) red-haired or fat persons in groups of «mixed» composition would generate widely diffused social stereotypes of «groups» of red-haired or fat people. The behavior of certain individuals often becomes relevant to the stereotype of their group because they are representatives of a category which has preexisting social significance emmeshed with preexisting value connnotations. Attention-focusing becomes important*

*for stereotyping mainly when it happens in the context of these preexisting evaluative social differentiations and when it is determined by them. There is still no evidence that, outside of this context, attention-focusing on individuals who are in some ways «different» is a primary condition of the process of stereotyping» (p. 7).*

#### O PAPEL DAS LIMITAÇÕES NA CAPACIDADE MNEMÓNICA NA FORMAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS

Outros autores procuraram explicar a formação de estereótipos com base em limitações de armanejamento de informação em memória, e não em processos directamente dependentes da actividade perceptiva dos sujeitos. É esse o caso de Rothbart (1981), que afirmou o seguinte: «*Under real life conditions, when the number of encounters with members of a group is high and/or the encounters have occurred under conditions in which there are other significant demands on memory (...), we would expect people's impressions of a group to be influenced by the most available (most memorable) traits or behaviors, uncorrected for the correlated occurrences (multiple presentations of the same individual). Under high load, repeated experiences with a subgroup of say, noxious individuals may disproportionately influence the perception of the entire group, whereas under a low load, these experiences would be correctly assigned to those members and not necessarily attributed to the group as a whole*» (p. 170).

Embora a hipótese de Rothbart (1981) seja directamente relevante para os postulados do black sheep effect, que discutiremos mais adiante, a sua validade ecológica para o domínio dos julgamentos intergrupos é discutível, principalmente, por que os estudos que a apoiam, utilizaram material de estimulação pouco adequado para este domínio.

Num desses estudos, Rothbart, Fulero, Jensen, Howard e Birrell (1978) tentaram analisar os efeitos da familiaridade com um grupo sobre o grau de estereotipia dos julgamentos

sobre esse grupo. Mas, contrariamente a Taylor *et al* que, talvez involuntariamente, utilizaram um domínio de estimulação socialmente relevante — a noção de «raça», por exemplo (cf Tajfel, 1978) — Rothbart *et al* (1978) apresentaram aos seus sujeitos pares de itens informacionais, compostos por um nome de pessoa e um traço de personalidade (positivo ou negativo) associado a essa pessoa. A familiaridade foi operacionalizada em termos de carga de memória (*memory load*) isto é, das consequências mnemónicas da quantidade de informação recebida, em conjunto com a frequência de apresentação dessa informação aos sujeitos. Assim, na condição de menor familiaridade, os sujeitos recebiam uma quantidade maior de informações em que cada traço era associado a uma pessoa diferente. Na condição de maior familiaridade, os sujeitos recebiam uma menor quantidade de informações e, cada traço era apresentado várias vezes em associação com a mesma pessoa. Uma terceira variável — a desejabilidade social da informação sobre o «grupo» — foi operacionalizada em termos da maior ou menor proporção de traços positivos ou negativos apresentados aos sujeitos. Os resultados mostraram que, na condição de forte carga de memória, os julgamentos sobre a positividade do grupo dependiam exclusivamente da proporção de traços positivos ou negativos apresentados aos sujeitos, sendo, assim, independentes do número de pessoas a quem esses traços tinham sido associados. Na condição de fraca carga de memória, a exposição repetida a uma associação entre um traço e uma pessoa levou os sujeitos a centrarem-se mais fortemente sobre cada pessoa em particular, logo evidenciando um menor grau de estereotipia.

Rothbart *et al* (1978) parecem, assim, ter conseguido demonstrar que a estereotipia dos julgamentos sobre um conjunto de estímulos diminui em função do aumento da exposição a uma mesma informação, desde que esta informação não produza uma sobrecarga na capacidade de armanejamento da memória.

## PAPEL DAS DISTORÇÕES COGNITIVAS NA FORMAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS

Hamilton (1981; Hamilton & Gifford, 1976) propuseram uma terceira explicação alternativa, em certa medida semelhante à hipótese da sobrecarga de memória avançada por Rothbart (1981). Para estes autores, os esterótipos são devidos a distorções cognitivas na codificação de informação, nomeadamente, *correlações ilusórias*.

Numa das suas experiências, Hamilton e Gifford (1976) apresentaram 39 frases aos seus sujeitos, cada uma descrevendo um comportamento de um indivíduo identificado apenas como membro de um grupo «A» ou de um grupo «B». A categoria «A» era descrita por 26 comportamentos, e a categoria «B», por 13 comportamentos (e logo, compostas por 26 e por 13 pessoas, respectivamente). Os comportamentos eram socialmente desejáveis ou socialmente indesejáveis, de modo que, cada categoria era descrita por, aproximadamente, duas vezes mais traços positivos do que negativos. Algum tempo após terem recebido esta informação, os sujeitos deviam recordar-se da categoria à qual cada traço havia sido associado. Os resultados mostraram que os comportamentos socialmente indesejáveis eram exageradamente associados à categoria menor, enquanto que os traços socialmente desejáveis eram exageradamente associados à categoria maior.

Com base nestes resultados, Hamilton e Gifford (1976) propuseram que os esterótipos dependem da distinctividade simultânea dos membros de categorias «minoritárias» e dos comportamentos socialmente indesejáveis — ambos menos frequentes no contexto de estimulação social que rodeia os indivíduos. Para demonstrarem a independência deste processo em relação a valores socialmente marcados, os autores reproduziram o primeiro estudo invertendo, desta vez, as proporções de traços positivos e negativos. Neste caso, os sujeitos exageraram a associação entre os traços positivos e o grupo «minoritário», e, entre os traços negativos e o grupo «maioritário».

Embora intelectualmente estimulantes, os estudos de Rothbart *et al* (1978) e de Hamilton e Gifford (1976) não respondem a algumas questões importantes. Em relação ao primeiro estudo, conviria explicar porque é que, na vida real — citada por Rothbart (1981) em apoio da hipótese que defendeu — alguns indivíduos negligenciam traços positivos ou traços negativos em detrimento uns dos outros, em relação aos mesmos grupos. Este problema coloca-se igualmente no caso de Hamilton e Gifford (1976), cujo estudo não explica porque é que certos grupos minoritários são avaliados positivamente por certos indivíduos (que podem ou não ser membros desses grupos) e negativamente por outros indivíduos (também eles, membros ou não-membros desses grupos). Finalmente, parece importante determinar em que medida a apresentação de um grupo sem relevância social ou sem relevância pessoal para os sujeitos (por exemplo, uma categoria «A» ou «B») é capaz de reproduzir as condições sociais reais em que tais julgamentos ocorrem no dia-a-dia.

Em nossa opinião, o problema central desses estudos é o de partirem, arbitrariamente, do princípio de que a apresentação de estimulação sobre pessoas abstractas num contexto de julgamento «asséptico», pode explicar ocorrências próprias da vida social. Não pretendemos, com isto, dizer que uma metodologia laboratorial de estudo dos esterótipos é irrelevante, mas antes, que tal metodologia deve ter em conta (quanto mais não seja, controlando-as) variáveis representativas dessas ocorrências.

## UMA TIPOLOGIA SOBRE A INVESTIGAÇÃO NO DOMÍNIO DOS JULGAMENTOS INTERGRUPOS

O Quadro 1 corresponde à tentativa de classificação de que falámos no início deste artigo. Na secção anterior apresentámos os postulados subjacentes às duas entradas horizontais da tabela apresentada neste Quadro. Discutiremos, agora, as variáveis correspondentes às entradas verticais, servindo-nos de seis conjuntos de estudos capazes de as ilustrar. Subli-

nhemos, no entanto e desde já, o facto de não conhecermos qualquer estudo que possa ser inscrito nas células «fixo-unipolar» e «flexível-unipolar» do nível puramente cognitivo da variável *estatuto psicológico dos julgamentos*. O facto de não termos podido preencher estas duas células poderá ter dois significados: um, é o de que não é possível encontrarmos situa-

ções em que os julgamentos dos sujeitos sejam determinados por padrões de carácter puramente informacional num padrão fixo ou flexível unipolar. A investigação futura mostrará, eventualmente, se isso é possível; o outro, mais interessante em nossa opinião, é o de que não foi ainda possível conciliar um modelo já existente com estas características de julgamento.

## QUADRO 1

*Esboço de Classificação de Alguns Estudos Representativos Sobre Julgamentos Intergrupos*

Direcção do Julgamento	Padrão de Julgamento			
	FIXO		FLEXÍVEL	
	UNIPOLAR	BIPOLAR	UNIPOLAR	BIPOLAR
COGNITIVO/ /EMOCIONAL	Minimal group paradigm	Marques, Yzerbyt & Leyens (1988) Marques & Yzerbyt (1988)	Marques, Yzerbyt & Rijsman (1988) Mummendey & Schreiber (1984)	Millar & Tesser (1986) Marques, Yzerbyt & Leyens (1988)
Estatuto Psicológico		Linville (1982)		Park & Rothbart (1982)
COGNITIVO		Linville & Jones (1980) Tesser (1978)		

### JULGAMENTOS COGNITIVO-EMOCIONAIS, FIXOS E UNIPOLARES

O exemplo mais clássico de estudos que, partindo do postulado de que os julgamentos intergrupos têm consequências emocionais para os sujeitos (cf Oakes & Turner, 1980), e que estes julgamentos não variam em circunstâncias normais, apresentando, ao mesmo tempo, uma única direcção, são os que recorrem ao *minimal group paradigm* na sua forma clássica. Este paradigma surgiu na literatura para estudar as condições mínimas necessárias para induzir uma discriminação positiva do ingroup em relação ao outgroup.

O procedimento utilizado por estes estudos tem alguns aspectos interessantes: os sujeitos não possuem qualquer informação recíproca nem contactam entre si antes ou durante a situação de julgamento, pelo que os resultados não podem ser devidos, quer a níveis diferen-

ciais de informação sobre o ingroup e o outgroup, quer a outras variáveis de carácter inter-pessoal (cf Allen & Wilder, 1975; Billig & Tajfel, 1973; Tajfel, Billig, Bundy & Flament, 1971). Foi igualmente demonstrado que as respostas dos sujeitos não dependem da percepção de um pedido implícito ou explícito feito pelo experimentador (Billig, 1973; StClaire & Turner, 1982). O único elo entre os sujeitos e entre estes e o experimentador parece ser o facto de este os categorizar com base num critério irrelevante ou, mesmo, trivial, após o que os sujeitos devem atribuir quantias — o dinheiro é fornecido pelo experimentador — a membros anónimos do ingroup e do outgroup por meio de uma matriz que lhes proporciona várias opções (por exemplo, atribuição da maior quantia possível ao ingroup independentemente da quantia atribuída ao outgroup, atribuição de quantias



idênticas ao ingroup e ao outgroup, atribuição da maior quantia possível independentemente do que é atribuído ao ingroup e ao outgroup, etc.). Na maioria dos casos, os sujeitos seguem uma estratégia aparentemente pouco «racional», preferindo atribuir menos dinheiro ao ingroup do que poderiam fazer, desde que, dessa forma, possam aumentar a diferença relativa (discriminação positiva) entre o ingroup e o outgroup. A diferenciação intergrupual torna-se, assim, mais relevante para os sujeitos do que o lucro absoluto, ou, pelo menos, do que a equidade nas distribuições de dinheiro (cf Brewer, 1979; Brewer & Kramer, 1985; Tajfel, 1982). Este fenómeno parece ser determinado por uma atitude de *ingroup favouritism*. Esta atitude tem sido definida como «*any tendency to favour ingroup over outgroups members on perceptual, attitudinal or behavioural dimensions. It includes partisan intergroup attitudes, sociometric preferences for the ingroup, discriminatory intergroup behaviour and more favourable evaluations of the products and performances of the ingroup than the outgroup*» (Turner, 1981, p. 66). Ela induzirá, nos sujeitos, uma distorção de parcialidade em relação ao ingroup (*ingroup bias*): tratar-se-á, para estes, de construir uma superioridade relativa do seu grupo sobre o outgroup.

O padrão de resultados predito pelo minimal group paradigm é, assim, *fixo*: o *ingroup bias* é suposto ocorrer em todas as situações de comparação intergrupos, e a sua não-ocorrência nessas situações é geralmente atribuída, ou a variáveis moderadoras controladas, ou a factores «aleatórios» ou «especiais» (cf Sousa, 1987). Trata-se, igualmente, de um padrão *unipolar* de julgamento: os alvos de julgamento são, ou grupos na sua globalidade, ou membros indiferenciados desses grupos.

#### JULGAMENTOS COGNITIVO-EMOCIONAIS, FLEXÍVEIS E UNIPOLARES

Como dissemos acima, alguns estudos têm vindo a procurar determinar variáveis moderadoras da ocorrência de *ingroup biases* em situações de comparação intergrupos.

Centrar-nos-emos aqui em duas variáveis com estatutos algo diferentes: a dimensão de julgamento, e, o papel dos referentes sociais presentes na situação de comparação social.

#### O PAPEL MODERADOR DAS DIMENSÕES DE JULGAMENTO

Com base nos postulados da teoria da identidade social, Mummendey e Schreiber (1984) mostrou que o *ingroup bias* ocorre especialmente para dimensões de julgamento relevantes para a identidade social do ingroup, mas que um *outgroup bias* pode ocorrer em dimensões de julgamento irrelevantes para essa identidade, mas consideradas como relevantes para o outgroup.

Num estudo realizado na RFA, estes autores pediram a membros de dois agrupamentos políticos (*SPD* e *Grünen*), que indicassem em que medida consideravam cada um dos atributos de uma lista como importante para a definição do seu partido ou do outro partido. Os sujeitos deviam igualmente avaliar os dois partidos em termos de cada um desses atributos. A análise da primeira série de julgamentos serviu para classificar os atributos em 4 categorias: atributos importantes apenas para o ingroup, atributos importantes apenas para o outgroup, atributos importantes para ambos, atributos pouco importantes para ambos. Foi analisada, em seguida, a avaliação do ingroup e do outgroup em função de cada uma dessas categorias. Os resultados evidenciaram um *ingroup bias* para os atributos importantes para o ingroup, independentemente de estes serem considerados importantes ou irrelevantes para o outgroup. Mas, quando os atributos eram considerados relevantes apenas para o outgroup, os julgamentos revelaram a existência de um *outgroup bias*.

Estes resultados mostram que, se se considerar, adicionalmente à variável «pertinência grupal dos sujeitos», a variável «pertinência da dimensão de julgamento», o padrão de respostas dos sujeitos pode mostrar-se *flexível*, emergindo, nuns casos, como um *ingroup bias*, e, noutros, como um *outgroup bias*. Tal

facto não significa, porém, uma ausência de *ingroup favouritism* por parte dos sujeitos. De acordo com Mummendey e Schreiber (1984), «*an equally good rating of an in- and an out-group on different dimensions reveals itself to be only a disguised form of ingroup favouritism (...); the outgroup is judged superior to the ingroup on second-class dimensions — that is, dimensions of supposedly inferior quality and of perceived minor importance*» (p. 364). *O Papel do Estatuto do Experimentador como Referente Social.*

Uma outra variável moderadora da emergência de um *ingroup bias* é a pertença social do experimentador. Num estudo recente, Marques, Yzerbyt e Rijsman (1988) argumentaram que o *minimal group paradigm* corresponde, de facto, a uma situação de comunicação em que o experimentador desempenha um papel de receptor, e o sujeito, o papel de emissor. Este, vendo o seu sentimento de auto-positividade posto em causa através da imposição de uma categorização cujo fundamento, possivelmente, não compreendia na sua totalidade, procurará *demonstrar* a sua superioridade. Para testarmos esta hipótese, pedimos a estudantes de uma universidade belga que lessem uma série de projectos culturais em relação aos quais deveriam dar a sua opinião. Estes projectos (na realidade, fictícios) eram apresentados como emanando de grupos defensores de valores muito diferentes: um grupo pró-homósexual, um grupo pró-OTAN, um grupo muçulmano radical, e um grupo defensor das praxes estudantis. Após medirmos o grau de identificação de cada sujeito com cada um dos 4 grupos, estes foram informados de que o estudo estava a ser conduzido, ou por um grupo de estudantes originário da sua universidade, ou por um grupo originário de uma universidade rival. Os sujeitos deviam, então, pronunciar-se — através de uma matriz semelhante à que é utilizada no *minimal group paradigm* — acerca das suas opções quanto ao orçamento a atribuir pelo Ministério da Educação ao grupo com que mais se identificavam comparativamente ao

grupo com que se identificavam menos (comparação *ingroup-outgroup*), e, aos dois grupos com que se identificavam menos (comparação *outgroup-outgroup*). Tal como havia sido predito, os resultados mostraram que o experimentador supostamente proveniente da universidade rival induzia uma discriminação significativamente maior do que o experimentador proveniente da universidade dos sujeitos. No entanto, esta diferença só se manifestava no caso da comparação *ingroup-outgroup* (cf Figura 1).

Num outro estudo, pedimos a estudantes belgas da mesma universidade que descrevessem em termos de traços de personalidade, os «estudantes belgas» (*ingroup*) e os «estudantes norte-africanos» (*outgroup*) dessa universidade, através de traços de personalidade. A categoria dos estudantes norte-africanos fora escolhida com base num estudo piloto

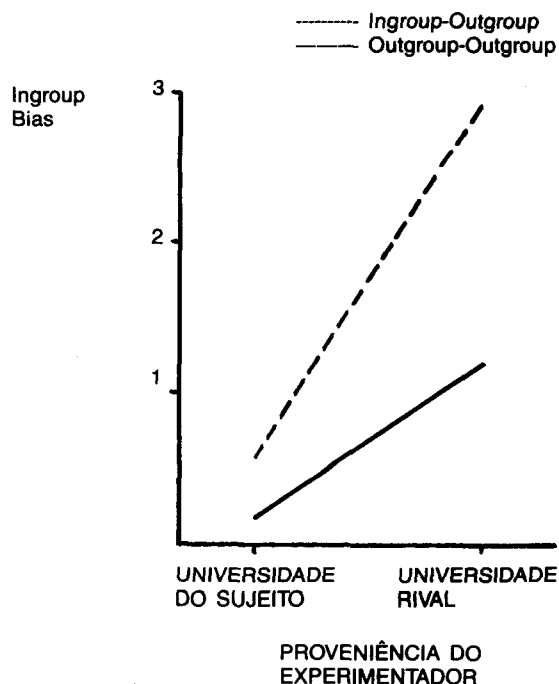


FIGURA 1. *Ingroup bias* em Função do Tipo de Comparação (*Ingroup-Outgroup* vs *Outgroup-Outgroup*) e da Proveniência do Experimentador. Adaptado de Marques, J. M., Yzerbyt, V. Y. & Rijsman, J. B. (1988). Context effects on intergroup discrimination: Ingroup favouritism as a function of experimenter's provenance. *No prelo*.

que revelou ser esta a categoria mais rejeitada pelos estudantes belgas de entre uma série de nacionalidades bem representadas na sua universidade. De novo, o experimentador apresentava-se, quer como estudante da universidade dos sujeitos, quer como estudante na universidade rival. Uma vez obtidos os traços, foi pedido a um grupo de juizes que avaliassem a positividade-negatividade dos traços mais tipicamente atribuídos a cada uma das duas categorias em cada condição de proveniência do experimentador. Esperava-se que o ingroup fosse avaliado mais positivamente quando o experimentador se apresentava como membro da universidade rival do que quando se apresentava como membro da universidade dos sujeitos, mas não se esperava qualquer diferença na avaliação do outgroup. Como se pode ver na Figura 2, foi este exactamente o padrão de resultados obtido.

Os resultados destes estudos indicam que o *ingroup bias* pode ser atenuado ou mesmo invertido (cf Figura 2) em função de variáveis geralmente não levadas em consideração pelo *minimal group paradigm*. Tal facto não implica, no entanto, que não existia *ingroup favouritism* por parte dos sujeitos. Tanto no estudo de Mummendey e Schreiber (1984) como nos de Marques, Yzerbyt e Rijsman (1988), o que parece acontecer é que, em certas circunstâncias, os sujeitos parecem não demonstrar abertamente esse favoritismo. Em ambos os casos, trata-se de uma perspectiva *cognitiva-emocional* dos julgamentos intergrupos, capaz de mostrar que o padrão *unipolar* (já que não são criadas diferenciações valorativas dentro dos grupos) de julgamento pode ser *flexível* em função da relevância da dimensão ou da situação de julgamento para a sua identidade social.

#### JULGAMENTOS COGNITIVOS, FIXOS E BIPOLARES. A HIPÓTESE DA «COMPLEXIDADE-EXTREMISMO»

De entre os modelos inspirados na hipótese de menor homogeneidade das representações sobre o ingroup do que sobre o outgroup, o

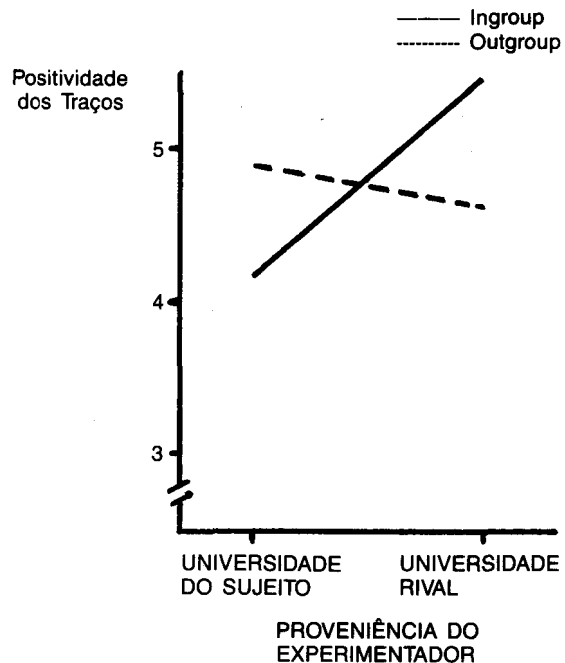


FIGURA 2. Avaliações dos Traços Atribuídos ao Ingroup e ao Outgroup em Função da Proveniência do Experimentador. Adaptado de Marques, J. M., Yzerbyt, V. Y. & Rijsman, J. B. (1988). Context effects on intergroup discrimination: Ingroup favouritism as a function of experimenter's provenance. *No prelo*.

modelo de Linville (1982; Linville & Jones, 1980) foi dos que suscitou um dos programas mais extensos de investigação. Para Linville, o facto de as representações sobre o outgroup terem um menor número de dimensões ortogonais do que as representações sobre o ingroup (devido à maior frequência de contactos com membros deste do que com membros daquele), produzirá uma tendência para julgar membros individuais do ingroup de forma mais moderada (tanto positiva como negativamente) do que membros individuais do outgroup. Assim, membros socialmente desejáveis do ingroup serão julgados como *menos positivos* do que membros socialmente desejáveis do outgroup, e, membros socialmente indesejáveis como *menos negativos* do que membros socialmente indesejáveis do outgroup. Note-se que esta hipótese está, pelo menos em parte, em contradição nítida, com a hipótese linear do *ingroup favouritism*, defendida pela teoria da identidade social. De

facto, uma interpretação imediata desta teoria em termos de julgamentos bipolares, levaria à formulação da hipótese de que membros socialmente desejáveis do outgroup, e, que membros socialmente indesejáveis do ingroup seriam avaliados *menos negativamente* do que membros socialmente indesejáveis do outgroup.

*Complexidade Cognitiva e Pertença Grupal.* Para testarem a hipótese de que as representações referentes a um ingroup são mais complexas do que as representações referentes a um outgroup, Linville e Jones (1980) pediram a sujeitos de raça branca que realizassem uma tarefa de agrupamento de traços de personalidade enquanto pensavam, ou em pessoas da sua raça, ou em pessoas de raça negra. Num outro estudo, sujeitos jovens deviam realizar uma tarefa semelhante pensando, ou em pessoas da sua idade, ou em pessoas de cerca de 70 anos de idade. Em ambos os estudos, os sujeitos construíram menos agrupamentos enquanto pensavam em pessoas das suas categorias do que enquanto pensavam em pessoas pertencentes às outras. Esse facto sugere que os sujeitos possuem menos dimensões representativas destas últimas categorias, e, logo, que, neste caso, as suas representações são as mais simples.

*Complexidade Cognitiva e Extremismo.* Num outro estudo, Linville e Jones (1980) pediram aos seus sujeitos que avaliassem duas cartas de candidatura a uma escola prestigiada, ou em termos de 6 critérios (complexidade), ou em termos de 2 critérios (simplicidade). Num estudo semelhante, Linville (1982) pediu aos seus sujeitos que avaliassem dois tipos de biscoitos de chocolate, ou com base em 6 critérios ou com base em 2 critérios. Os resultados dos dois estudos mostraram que os julgamentos com base em 6 critérios eram significativamente menos extremos do que os julgamentos baseados em 2 critérios, sugerindo a existência de uma correlação negativa entre a complexidade cognitiva evocada por um estímulo e o extremismo dos julgamentos em relação a esse estímulo.

*Extremismo e Pertença Categorical.* Num

dos seus estudos, Linville e Jones (1980) pediram a sujeitos de raça branca e dos dois sexos que julgassem duas cartas de candidatura a uma escola de prestígio. Uma das cartas apresentava uma qualidade indiscutível, enquanto que a outra era medíocre. O sexo e a raça dos autores das cartas variavam segundo as condições. Os resultados mostraram que as cartas cujo autor era, supostamente membro da categoria dos sujeitos, eram avaliados de forma menos extrema, tanto positiva como negativamente, do que os membros do outgroup, mas merecem alguns comentários.

#### COMPLEXIDADE-EXTREMISMO E INGROUP FAVOURITISM

Um primeiro aspecto a salientar é o facto de que, em nenhum dos estudos reportados no âmbito da hipótese da complexidade-extremismo, foi testada *directamente* a relação entre estas duas variáveis num contexto intergrupar. Em segundo lugar, há que admitir que a hipótese de Linville (1982) não é necessariamente contraditória com a hipótese do *ingroup favouritism* na sua versão unipolar. Como a própria autora argumentou, é possível que a *soma* das avaliações dos membros positivo e negativo do ingroup ainda seja superior à soma dos scores correspondentes do outgroup. No entanto, nenhuma evidência concreta existe para apoiar esta especulação.

Em terceiro lugar, os resultados reportados por Linville (1982; Linville & Jones, 1980) estão abertos a explicações alternativas plausíveis. É verdade que, numa das suas experiências, Linville e Jones (1980) demonstraram que uma carta «boa» escrita por um actor de raça negra era considerada «melhor» do que a mesma carta escrita por um actor de raça branca e que uma carta «má» de um actor de raça negra era considerada «pior» do que a mesma carta escrita por um actor de raça branca. Vale a pena notar que apenas o pólo positivo destes resultados parece estar em contradição com a hipótese do ingroup favouritism. No que respeita a este pólo, é importante lembrar aqui que dados obtidos por outros

autores mostram claramente que existe um padrão consistente de discriminação inter-categorial em julgamentos feitos por sujeitos de raça branca sobre alvos da sua raça e alvos de raça negra (por ex, Dienstbier, 1972; Duncan, 1976; Word, Zanna & Cooper, 1974). Poderemos supor que, não escapando a esta regra, os sujeitos de Linville e Jones (1980) tenham ficado «surpreendidos» com a qualidade da carta do actor negro já que, possivelmente, considerariam *a priori* que um actor branco teria uma maior probabilidade de escrever uma carta de qualidade. Tal carta, vinda de um actor branco seria, assim, menos «surpreendente» (cf Tversky & Kahneman, 1973, 1974). Já que não existe evidência directa para o facto de os julgamentos terem sido devidos a diferenças de complexidade, poderemos supor que a carta «boa» foi julgada com base num *efeito de contraste* derivado de uma atitude de *ingroup favouritism* por parte dos sujeitos. Esse efeito não seria induzido pela carta «má», pelo que os julgamentos dos sujeitos teriam seguido o seu «curso normal».

#### COMPLEXIDADE-EXTREMISMO E PROBABILIDADES DE BASE

Se a evidência mostra que a discriminação racial e sexual (cf Sousa, 1987) correspondem a critérios de categorização e diferenciação intergrupos com relevância social, o mesmo não parece acontecer, intuitivamente, em relação à dimensão «idade». De facto, a dimensão «jovem-idoso» não parece corresponder a uma dimensão de discriminação intergruppal emocionalmente carregada, quanto mais não seja, porque qualquer jovem moderadamente optimista espera vir a ingressar na categoria das «pessoas idosas»...

Num outro estudo de Linville (1982), sujeitos jovens deviam ler dois textos: num deles, o personagem principal era apresentado a uma luz positiva, e, no outro, a uma luz negativa. Para alguns sujeitos, os personagens eram da sua idade, enquanto que para outros, se tratava de pessoas de cerca de 70 anos. Os resultados mostraram que a diferença entre as

avaliações do personagem positivo e do personagem negativo da categoria dos sujeitos era menor do que a diferença correspondente quando os personagens eram julgados pertencer à categoria oposta. Considerando que, num estudo já referido, Linville (1982) tinha demonstrado que as representações de jovens sobre jovens eram mais complexas do que as representações de jovens sobre pessoas idosas, estes resultados parecem apoiar a hipótese da complexidade-extremismo. No entanto, vistos de outro modo, os resultados também revelam que, enquanto que o personagem idoso positivo era avaliado mais positivamente do que o personagem jovem positivo, não existem diferenças significativas nas avaliações dos dois personagens negativos.

Estes resultados têm implicações importantes: se for possível demonstrar que (1) contrariamente às variáveis «raça» e «sexo», a variável «idade» não suscita *ingroup favouritism*, e (2) os resultados deste estudo não implicam necessariamente uma explicação em termos de complexidade cognitiva, então a explicação que propusémos acima poderia ser mais parcimoniosa do que a que foi proposta por Linville (1982). quanto ao carácter *sui generis* da variável «idade», apenas poderemos avançar que, para os sujeitos jovens, ela implica uma «mobilidade social» (cf Tajfel, 1978) obrigatória, ao contrário da «raça» e do «sexo». Quanto ao problema do efeito de contraste, acontece que, quem se der ao trabalho de ler os textos utilizados por Linville (1982, p. 201) notará com facilidade que, enquanto que o texto positivo descreve uma série de comportamentos pouco típicos de uma pessoa de cerca de 70 anos, o texto negativo relata uma situação igualmente atípica para as duas idades. Assim, se postulássemos um efeito de contraste, baseado na fraca probabilidade de que um homem de 70 anos se comportasse de forma relatada no texto positivo, contrariamente ao texto negativo, que apresentaria uma probabilidade subjectiva idêntica para ambas as idades, os resultados esperados seriam, logicamente, idênticos aos que foram obtidos por esta autora.

Num teste a esta ideia, apresentámos, nós próprios, os dois textos a sujeitos jovens, mas em vez de os informarmos sobre as idades dos personagens, pedimos-lhes que «adivinhassem» essas idades. Os resultados suportaram o nosso raciocínio: o texto positivo induz uma idade média significativamente mais baixa do que o texto negativo,  $t(28.83) = 2.37, p .002$ , unicaudal, e a variância induzida pelo texto negativo é significativamente maior do que a induzida pelo texto positivo, segundo o teste de homogeneidade de variâncias de Bartlett,  $F = 5.10, p = .002$  (cf Figura 3). Não fossem os resultados obtidos por Linville (1982), que

indicam uma ausência de *ingroup bias* nos julgamentos dos sujeitos, poderíamos, até, ver nos nossos uma manifestação de *ingroup favouritism*, traduzida por uma assimilação de comportamentos positivos a uma categoria próxima da dos sujeitos. Os nossos resultados, em conjugação com o raciocínio desenvolvido até aqui, sugerem, no mínimo, que a hipótese da complexidade-extremismo merece uma discussão mais detalhada e, nomeadamente, um exame do estatuto puramente informacional que lhe é atribuído. Trata-se, sem dúvida, de um padrão *bipolar e fixo*, aquele que foi evidenciado pelos estu-

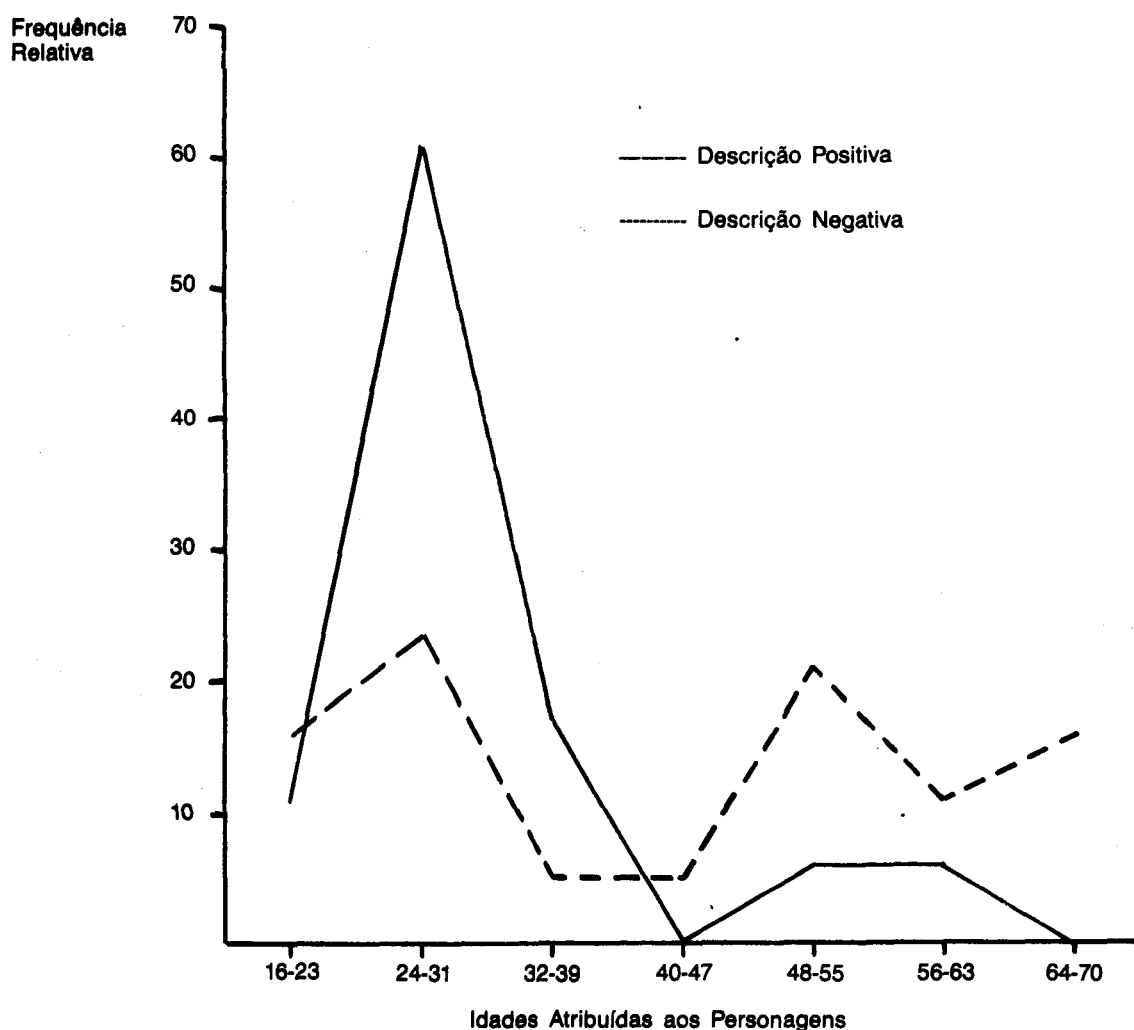


FIGURA 3. Distribuição de Frequências Relativas de Idades Atribuídas aos Personagens Negativo e Positivo Apresentados por Linville (1982). Em Marques, J. (1986). *Toward a Definition of Social Processing of Information: An Application to Stereotyping*. Tese de Doutoramento. Louvain-la-Neuve: Universidade Católica de Lovaina.

dos de Linville (1982) e de Linville e Jones (1980). Mas a sua determinação puramente cognitiva (vs cognitiva-emocional) enquanto padrão relevante para a problemática do julgamento intergrupos continua, em nossa opinião, por determinar.

#### JULGAMENTOS COGNITIVO-EMOCIONAIS, FLEXÍVEIS E BIPOLARES

Um modelo também centrado no efeito da complexidade cognitiva sobre o extremismo dos julgamentos, é o modelo da polarização de atitudes, de Tesser (1978), que foi recentemente considerado relevante para a análise do julgamento intergrupos sob uma forma mais elaborada por Miller e Tesser (1986).

#### O MODELO DA POLARIZAÇÃO DE ATITUDES

Tesser (1978) sugeriu que a complexidade cognitiva sobre um domínio de estimulação permite ao indivíduo seleccionar um maior número de elementos cognitivos consistentes com uma opinião anterior, desde que lhe seja dada a oportunidade de reflectir sobre as crenças subjacentes a essa opinião. Pode deduzir-se, então, que, possuindo uma maior complexidade cognitiva sobre o ingroup, e, reflectindo, por isso, mais amiúde sobre essa categoria do que sobre um outgroup em virtude dos contactos mais frequentes com os seus membros, o indivíduo emitirá julgamentos mais extremos sobre ele do que sobre um outgroup. Esta extrapolação da hipótese de Tesser (1978) parece encontrar-se em contradição com os resultados e os postulados apresentados por Linville (1982), embora em ambos os casos possamos falar de um padrão de julgamento *fixo* e determinado de forma puramente cognitiva.

A hipótese de Tesser (1978) baseia-se num estudo de Tesser e Leone (1977), em que sujeitos dos dois sexos deviam avaliar, em momentos distintos, um estímulo tipicamente feminino e um estímulo tipicamente masculino. Após o primeiro julgamento, alguns sujeitos deviam reflectir sobre esse estímulo, enquanto que outros deviam resolver um ana-

grama (condição «pensamento» vs condição «distração», respectivamente). Os sujeitos deviam, então, reavaliar os dois estímulos. Os resultados mostraram a ocorrência de uma polarização dos julgamentos originais para estímulos típicos do sexo dos sujeitos quando estes tinham podido pensar sobre eles.

#### O PAPEL EMOCIONAL DO «COMPROMISSO» ENQUANTO VARIÁVEL MODERADORA

Recentemente, Millar e Tesser (1986) procuraram conciliar estes resultados com a hipótese da complexidade-extremismo. Ao contrário de Linville (1982), que tentara explicar a diferença entre os dois modelos atribuindo-a ao facto de os seus sujeitos não terem reflectido sobre os estímulos avaliados, Millar e Tesser (1986) argumentavam que esses resultados são devidos ao facto de que representações mais complexas (sobre ingroups) geram maior extremismo quando os sujeitos estão ligados por um «compromisso» (*commitment*, cf Kiesler, 1971) a julgamentos que haviam feito anteriormente, mas não na ausência de um compromisso prévio. Neste caso, um esquema complexo produzirá uma moderação nos julgamentos. O compromisso, ou seja, a preocupação com a produção de uma auto-imagem de coerência, por exemplo, funcionará, assim, como um factor emocional mediador dos julgamentos bipolares, transformando os dois padrões *fixos* propostos por Linville (1982) e por Tesser (1978) num único padrão *flexível*.

Num dos seus estudos, Millar e Tesser (1986) pediram aos seus sujeitos que agrupassem traços de personalidade. Para manipular a complexidade cognitiva implicada na tarefa, os autores instruíram os sujeitos para pensarem, ou em indivíduos (representação complexa), ou em grupos (representação simples). O cálculo de um score de complexidade idêntico ao que fora utilizado por Linville (1982) indicou que, de facto, os agrupamentos feitos com referência a indivíduos eram mais complexos do que os agrupamentos feitos com referência a um grupo.

Numa segunda experiência, para além de manipularem a complexidade cognitiva com base nos resultados obtidos no primeiro estudo, Millar e Tesser (1986) manipularem o «compromisso» dos sujeitos com um julgamento anterior: enquanto que alguns sujeitos eram informados de que a primeira série de julgamentos se destinava apenas a que adquirissem prática na utilização de um computador, outros sujeitos foram informados de que esses julgamentos seriam registados e comparados com os que fossem emitidos na segunda fase do estudo. Entre as duas fases, enquanto que alguns sujeitos deviam pensar sobre o estímulo grupal (simples) ou individual (complexo) elicitador dos julgamentos, outros deviam resolver um anagrama distractivo. Os julgamentos referiam-se, em todos os casos, ao grau de positividade-negatividade dos traços de personalidade associados aos alvos individuais ou de grupo. A segunda série de julgamentos era efectuada sobre apenas três traços, que haviam sido julgados por cada sujeito de modo positivo, neutro e negativo. Os resultados suportaram a hipótese de Millar e Tesser (1986): na condição de compromisso, uma representação simples tinham a oportunidade de pensar sobre os estímulos (o padrão predito por Tesser, 1978); mas na condição de não-compromisso, uma representação simples gerava maior polarização do que uma representação complexa, independentemente do facto de, entretanto, os sujeitos terem sido distraídos ou não (o padrão predito por Linville, 1982).

Millar e Tesser (1986) parecem, assim, ter podido conciliar dois modelos anteriormente em oposição empírica, mostrando que a disparidade se explica através do não-concurso de factores motivacionais na elaboração dos julgamentos pedidos aos sujeitos nos estudos directamente inspirados nesses modelos.

#### COMPROMISSO E IDENTIFICAÇÃO SOCIAL

A questão que se coloca é de saber em que medida a variável emocional «compromisso»

se pode conciliar com a variável emocional «identificação com o grupo de pertença do alvo de julgamento». Marques, Yzerbyt e Leyens (1988) propuseram, neste sentido, que as duas variáveis apresentam alguma relação. É verdade que os estudos inspirados na teoria da identidade social não incluem qualquer forma de «compromisso» directo do sujeito com julgamentos seus anteriores. Pelo contrário, se pensarmos no *minimal group paradigm*, recordar-nos-emos que o anonimato dos sujeitos é, aí, quase total. Por outro lado, por razões idênticas às que citámos em apoio da ideia de que os estudos de Hamilton e Gifford (1976) e de Rothbart e colegas (1978) evacuem toda a possibilidade de ocorrência de um processo de identificação social, também agora deveremos reconhecer que, no estudo de Millar e Tesser (1986) não se pode falar de «identificação com um grupo» por parte dos sujeitos. No entanto, o que existe de comum entre o modelo de Millar e Tesser e a teoria da identidade social é o facto de, que ambos os casos, o auto-conceito dos sujeitos ser posto em causa, quer em termos das suas identidades pessoais (enquanto indivíduos com opiniões «fundamentadas» e «coerentes»), quer em termos das suas identidades sociais (enquanto membros de um dos grupos a ser julgados e de os seus julgamentos serem, de algum modo, determinados por uma tentativa de «reposição» da sua positividade.

#### JULGAMENTOS COGNITIVOS, FLEXÍVEIS E BIPOLARES

Autores como Park e Rothbart (1982) obtiveram padrões de julgamento semelhantes aos que foram reportados por Miller e Tesser (1986), sem, por isso, recorrerem a constructos de carácter emocional. Num dos seus estudos, estes autores apresentam uma série de descrições de personalidade a sujeitos dos dois sexos. Estas descrições variavam quanto ao seu grau de tipicidade em relação às categorias dos sujeitos (feminino-neutro-masculino) e quanto à sua desejabilidade



social (positivo-neutro-negativo). A tipicidade e a desejabilidade dos traços haviam sido determinadas junto de outra amostra de sujeitos. Os sujeitos deviam estimar a probabilidade de que as descrições se aplicassem a indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino. Os resultados indicaram que os sujeitos masculinos atribuíram mais traços estereotipados e menos traços não-estereotipados à categoria feminina do que à categoria masculina, passando-se o inverso com os sujeitos femininos. Para além disso, a desejabilidade dos traços não influenciou aquela atribuição: os sujeitos atribuíam tantos traços positivos como negativos ao ingroup e ao outgroup, desde que estes fossem típicos desses grupos.

Poderemos, neste caso, falar de um padrão de julgamento *bipolar, flexível* e determinado de modo puramente cognitivo: o padrão inverte-se em função da tipicidade dos traços — positivos e negativos — para o ingroup e para o outgroup: membros do ingroup são julgados como mais positivos do que membros do outgroup, quando apresentam os mesmos traços positivos, típicos do ingroup; membros do ingroup são julgados como mais negativos do que membros do outgroup, quando apresentam os mesmos traços negativos, típicos do ingroup; o inverso passa-se para traços típicos do outgroup.

Este padrão de resultados levanta também alguns problemas quanto aos postulados da teoria da identidade social, já que os julgamentos de traços negativos típicos do ingroup e os julgamentos de traços positivos típicos do outgroup produzirão um padrão próximo de um *outgroup bias*.

#### TIPICALIDADE E INGROUP FAVOURITISM

Recordemos que autores como Mummendey e Schreiber (1984) mostraram que variações nos padrões de julgamentos intergrupos podem depender da relevância das dimensões em que esses julgamentos são feitos. Nomeadamente, os sujeitos adoptaram um *ingroup*

*bias* para dimensões relevantes para o ingroup e um *outgroup bias* para dimensões relevantes apenas para o outgroup. É possível que, também no caso do estudo de Park e Rothbart (1982), os traços considerados típicos para o outgroup se distribuam ao longo de uma dimensão irrelevante para o ingroup. Este raciocínio só seria válido, no entanto, se pudéssemos demonstrar que uma atitude de *ingroup favouritism* poderia fazer um alvo do ingroup apresentado de forma negativa segundo uma dimensão relevante para esse grupo, ser julgado mais negativamente do que um alvo do outgroup apresentado de forma idêntica. É o que discutiremos em seguida.

#### JULGAMENTOS COGNITIVO-EMOCIONAIS, FIXOS E BIPOLARES

Talvez por se ter baseado no postulado clássico da acentuação intercategorial, segundo o qual os membros de uma categoria são assimilados entre si e os membros de categorias opostas são diferenciados, a teoria da identidade social nunca se preocupou directamente com a possibilidade de que mesmo raciocinando em termos inter-grupais e não inter-pessoais (Brown & Turner, 1981; Tajfel, 1978; Turner, 1987), os indivíduos possam, ainda assim, detectar variâncias no seio do ingroup. A evidência empírica revista até aqui indica que tal facto não é, no mínimo, impen-sável. Alguns estudos têm mostrado de forma consistente que, no seio de um grupo, os membros desviantes, por exemplo, são rejeitados ou, pelo menos, hostilizados, uma vez falhadas as tentativas dos membros maioritários para os fazerem reintegrar o padrão modal do grupo (cf Festinger, 1950; Levine, 1980; Moreland & Levine, 1984). Autores como Jones e DeCharms (1957; cf também Cartwright & Zander, 1968) mostraram que o mesmo pode acontecer com membros do grupo que, voluntariamente, se recusem a contribuir para o bem comum.

Para além disso, a teoria da identidade

social postula que, salvo situações de carácter mais ou menos excepcional, os julgamentos intergrupos corresponderão sempre a um *ingroup bias*. Quando os indícios fornecidos aos sujeitos não permitem uma protecção ou exaltação directa do ingroup, eles procurarão reconstruir a situação cognitiva ou comportamentalmente, de modo a que esses objectivos sejam realizados (Rijsman, 1983). No entanto, e em relação com a ideia expressa no parágrafo anterior, parece intuitivamente aceitável que, em certas situações, tais estratégias não sejam realizáveis. Por exemplo, é possível imaginarmos uma situação em que, de forma inegável, um membro do ingroup se comporte de tal modo que coloque irremediavelmente em risco a positividade da identidade do grupo. Como conciliarão os restantes membros do grupo uma atitude de *ingroup favouritism* com a evidência inegável da negatividade de um membro do ingroup? Foi numa tentativa de resposta a esta questão que Marques, Yzerbyt & Leyens (1988; Marques, 1986) hipostaziaram que uma atitude de *ingroup favouritism* fará com que um membro do ingroup que se comporte de forma relevante para o ingroup, será avaliado mais extremamente (isto é, mais negativamente ou mais positivamente conforme a valência do seu comportamento) do que um membro semelhante do outgroup. Este processo de depreciação e de exaltação simultâneas de membros do ingroup foi denominado de *black sheep effect* (Marques, 1986). O *black sheep effect* corresponderá, assim, a uma forma «secundária» de *ingroup favouritism*, em que a depreciação de um ou de vários membros do ingroup funcionará como uma estratégia de manutenção da sua positividade global.

#### BLACK SHEEP EFFECT E TIPICALIDADE

Para testarmos esta ideia (Marques, Yzerbyt & Leyens, 1988), pedimos a um grupo de sujeitos que avaliassem membros do ingroup ou

de um outgroup apresentados como «simpáticos» ou «antipáticos». Tanto a dimensão ingroup-outgroup como a dimensão da avaliação eram revelantes, como havia sido mostrado num estudo piloto. Para além disso, para evacuarmos uma eventual explicação da ocorrência do *black sheep effect* em termos dos efeitos possíveis da tipicidade diferencial dos traços utilizados para o ingroup, os traços fornecidos aos sujeitos eram igualmente típicos para os dois grupos. De acordo com a hipótese, os sujeitos avaliaram um membro «simpático» do ingroup mais positivamente do que um membro «simpático» do outgroup, e um membro «antipático» do ingroup mais negativamente do que um membro «antipático» do outgroup.

#### BLACK SHEEP EFFECT E FAMILIARIDADE

Embora os resultados deste estudo sejam independentes de uma diferença no grau de tipicidade dos traços utilizados, para o ingroup e o outgroup, eles poderiam ainda ser explicados em termos do modelo da polarização, de Tesser (1978): é possível que uma maior familiaridade com o ingroup induza maior complexidade cognitiva e um pensamento mais profundo sobre esse grupo do que sobre o outgroup. Os resultados poderiam, assim, ser independentes de uma identificação dos sujeitos com o ingroup.

Numa tentativa de resolução deste problema, Marques, Yzerbyt e Leyens (1988) pediram a estudantes belgas que imaginassem que os acontecimentos passados no estádio do Heyzel, Bruxelas, em Maio de 1985 — em que os apoiantes de uma equipa de futebol inglesa provocaram uma desordem que causou cerca de 40 mortos e numerosos feridos — tinham sido produzidos, ou por apoiantes belgas (ingroup), ou por apoiantes alemães (outgroup). Os sujeitos deviam avaliar estes «hooligans» fictícios através de uma série de traços de personalidade, que haviam sido extraídos de uma análise de conteúdo da imprensa do

dia seguinte aos acontecimentos de Heyzel. Os sujeitos deviam ainda indicar o seu grau de familiaridade com o domínio do futebol (como praticantes, apoiantes ou espectadores), sendo divididos, com base nestas respostas, em dois grupos (familiaridade forte vs fraca).

Este estudo pode ser considerado crucial para o nosso modelo, porque permite confrontar três hipóteses concorrentes: uma, derivada da teoria da identidade social, predirá que, independentemente do seu grau de familiaridade com o domínio de julgamento, os sujeitos julgariam os hooligans do ingroup *menos negativamente* do que os do outgroup; a hipótese derivada do modelo de Tesser (1978) predirá que os sujeitos julgariam os hooligans do ingroup mais negativamente do que os do outgroup, mas que este julgamento seria *mais extremo* na condição de familiaridade; a hipótese derivada dos nossos estudos predirá que os sujeitos julgariam os hooligans do ingroup *mais negativamente* do que os do outgroup, sem que se produzisse um efeito da familiaridade. Como se vê na Figura 4, esta foi a hipótese que recebeu suporte empírico. O black sheep effect parece depender mais fortemente da identificação dos sujeitos com o ingroup do que da quantidade de informação acerca do domínio de julgamento.

#### BLACK SHEEP EFFECT E COMPROMISSO

Não estava ainda posta de parte a possibilidade de que o efeito obtido nestes dois estudos dependa, ao mesmo tempo do grau de complexidade das representações sobre o ingroup e de um eventual compromisso dos sujeitos com opiniões eventualmente expressas anteriormente. Essas opiniões poderiam, por exemplo, ser consentâneas com sistemas de valores sociais gerais, e não com a identificação dos sujeitos com o ingroup. Noutros termos, é possível que as diferenças de julgamento não sejam devidas à relevância dos estímulos para a identidade social dos sujeitos,

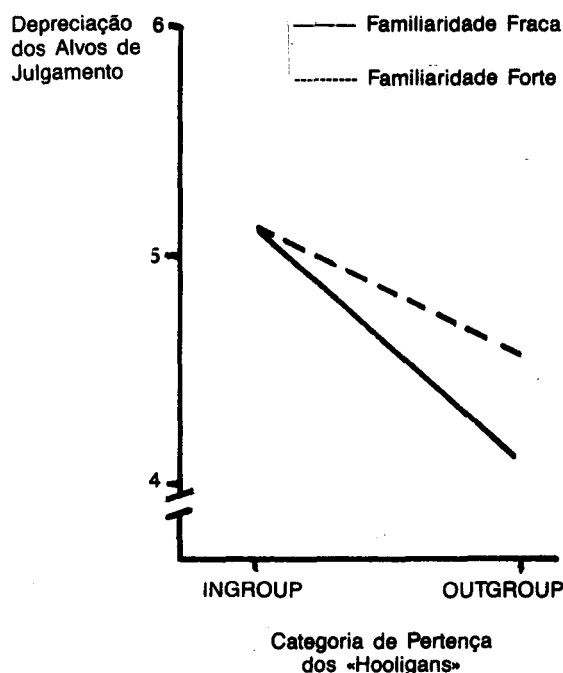


FIGURA 4. Avaliações Negativas de Membros do Ingroup e do Outgroup em Função do Nível de Familiaridade com o Domínio de Estimulação. Adaptado de Marques, J. M., Yzerbyt, V. Y. & Leyens, Y. PH. (1988). The «black sheep effect»: Extremity of judgments towards ingroup members as a Function of Group Identification. *European Journal of Social Psychology*, 18, 1-16.

mas sim a uma estratégia de auto-apresentação (por exemplo, de uma imagem de «coerência» conforme a valores gerais).

Tornava-se, assim, necessário certificarmos de que a ocorrência do *black sheep effect* depende, efectivamente, da relevância dos julgamentos para o ingroup. Para isso, realizámos um outro estudo em que os sujeitos deviam avaliar um membro do ingroup ou um membro do outgroup, que se comportavam ou de forma consentânea com uma norma positiva, ou de forma oposta a essa norma. Mas, enquanto que alguns sujeitos deviam avaliar o comportamento relevante tanto para o ingroup como para o outgroup, outros deviam avaliar um comportamento relevante exclusivamente para o ingroup. Os sujeitos foram, assim, divididos em 8 condições experimentais, quanto ao alvo de julgamento

(ingroup e outgroup), quanto à relevância do comportamento deste alvo (exclusiva para o ingroup vs geral) e quanto à positividade desse comportamento (conforme vs oposto à norma). Os resultados obtidos estão patentes na Figura 5: quando a norma era igualmente

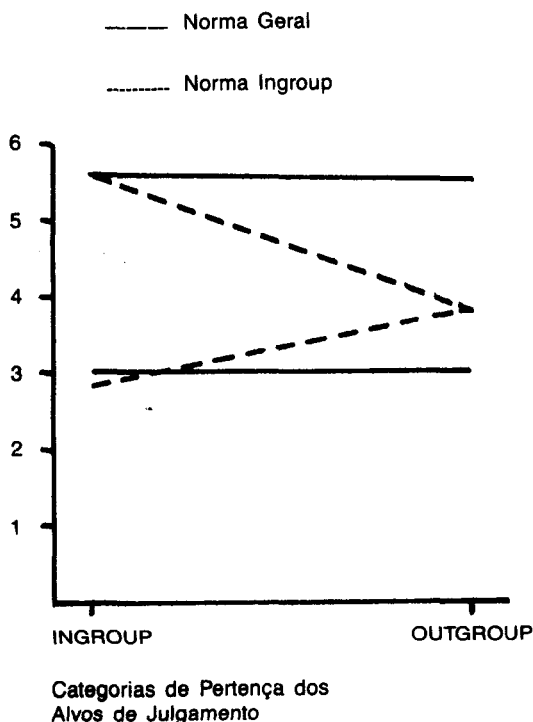


FIGURA 5. Julgamentos Intergrupos em Função da Desviabilidade Social do Comportamento e da Especificidade da Norma de Julgamento. Adaptado de Marques, J. M., Yzerbyt, V. Y. & Leyens, J.-Ph. (1988). The «black sheep effect»: Extremity of judgments towards ingroup members as a function of group identification. *European Journal of Social Psychology*, 18, 1-16.

relevante para os dois grupos, a pertença categorial dos alvos de julgamento não produzia avaliações diferentes positivas e negativas. Mas quando a norma se aplicava exclusivamente ao ingroup os julgamentos evidenciaram o *black sheep effect*.

O padrão global dos resultados parece ser, assim, mais facilmente explicável em termos dos postulados de Marques, Yzerbyt e Leyens (1988) do que em termos do modelo de Millar e Tesser (1986). De facto, com base no

argumento de que o extremismo das avaliações do ingroup advém do compromisso dos sujeitos em relação a essas avaliações e de uma maior complexidade em relação ao ingroup, Millar e Tesser (1986) deveriam ainda explicar porque é que os nossos sujeitos não foram mais extremos para o ingroup do que para o outgroup também no caso de uma norma relevante para ambos, que não afectaria, em nada, o grau de complexidade das representações sobre o ingroup e o outgroup.

Em suma, no seu conjunto, os resultados reportados por Marques, Yzerbyt e Leyens (1988) parecem ser determinados por um fenómeno de ordem *cognitiva-emocional* — nomeadamente, identificação com um ingroup — e corresponder, ao mesmo tempo, a um padrão *bipolar* — nomeadamente, a exaltação dos membros positivos do ingroup e depreciação dos seus membros negativos. A última experiência mostra que este padrão, em princípio, *fixo*, pode ser, de facto, *flexível*, se tivermos em consideração a relevância da dimensão de julgamento para os sujeitos. Nestes termos, existe uma semelhança evidente entre os resultados deste último estudo e os de Mummendey e Schreiber (1984) à excepção do facto de que estes autores se basearam no ponto de vista clássico da teoria da identidade social, segundo o qual não existe diferenciação no seio do ingroup em situações de comparação social.

#### BLACK SHEEP EFFECT E COMPARAÇÃO SOCIAL

O ponto de vista defendido por Marques, Yzerbyt e Leyens (1988) apresenta ainda um problema teórico, relativo ao processo de comparação social. Na teoria original de Tajfel e colegas, este processo é relativamente simples: devido à acentuação inter-categorial, os sujeitos mais não devem fazer do que comparar duas categorias contrastantes de uma forma internamente indiferenciada. Para além disso, as análises empíricas clássicas ligadas a esta teoria seguem o pressuposto de que o processo de comparação social implica-

a presença objectiva de um outgroup na situação de julgamento: o processo de discriminação positiva só se justifica em confronto directo com este (cf Tajfel, 1978; Turner, 1975).

O *black sheep effect*, por outro lado, pressupõe um processo duplo de comparação social intergrupar e intragrupal. Para além disso, os dados de Marques, Yzerbyt e Leyens (1988) foram obtidos em situações de julgamento em que os sujeitos não deviam avaliar um ingroup e um outgroup (uma situação clássica de comparação social), mas sim através de avaliações feitas a apenas um estímulo de cada vez, definido em termos da sua desejabilidade social e da sua pertença grupal. Como justificar, assim, a ideia de que esses resultados são devidos a uma *comparação social intra- e intergrupar*?

*Comparação Social Através de Escalas de Referência.* Uma explicação que poderemos avançar é a de que os sujeitos utilizaram aquilo que, na sequência de Sherif e Hovland (1961), poderemos chamar *escalas de referência*. Numa análise clássica do processo de julgamento social, estes autores sugeriram que «*a person's attitude is revealed in his favorable or derogatory reactions regulated by the category in question and by the attributes attached to that category. If the X group is «endowed» by the Y group with the qualities a, b, and c (favorable or unfavorable) the representative members of the Y group will tend to see these qualities in the collective or individual group in a characteristic way*» (p. 6).

A semelhança entre este princípio e o postulado da acentuação intercategorial é evidente. No entanto, Sherif e Hovland (1961) sugeriram também que a representação das qualidades (ou dos membros) de um grupo pode ser armazenada em memória como um dado permanente, formando uma escala de referência utilizável em situações de julgamento subsequentes. A aceitação deste facto implica que um processo de comparação social não requer necessariamente a presença objectiva de um alvo contrastante no contexto

de julgamento: «*Comparison of an item related to an attitude is made against a whole background of similar objects which constitutes the range of such objects perceived and categorized on the basis of the individual's encounters with (objects, persons or communications). (...) Placement of stimulus items is made relative to a reference scale by the individual*» (p. 9). Este princípio explicaria, aliás, o facto — deixado em aberto pela teoria da identidade social — de que membros de grupos sociais se considerem «superiores» a grupos com que nunca interagiram nem esperam interagir, ou, simplesmente, como «superiores» numa forma geral e abstracta.

Encontramos nesta perspectiva uma base cognitiva aceitável para o processo de comparação social inter- e intra-grupal: os julgamentos dos sujeitos referir-se-ão à recuperação da posição que ocupa o estímulo a avaliar, numa escala de referência cognitiva — trate-se do grupo ou de um membro.

Para além disso, Sherif e Hovland (1961) argumentaram ainda no sentido de que a relevância emocional de uma escala de referência influencia as *latitudes de aceitação e de rejeição* dos estímulos avaliados. Se admitirmos que um alvo do ingroup possui maior relevância do que um estímulo do outgroup, é possível que estímulos com valência negativa sejam mais fortemente rejeitados (ou seja, que a latitude de rejeição desses estímulos seja mais elevada) no caso de um ingroup do que no caso de um outgroup. Complementarmente, é possível que estímulos com valência positiva sejam mais fortemente aceites (ou seja, que a latitude de aceitação seja mais elevada) no caso de um ingroup do que no caso de um outgroup. Poderemos, assim, falar de um processo de comparação intra- e intergrupar *simbólico*.

#### O CARÁCTER CONSTRUTIVO DAS CATEGORIAS SOCIAIS

Uma segunda ideia em apoio do possível carácter simbólico do processo de compara-

ção social é o facto de que, para os teóricos da identidade social, as categorias referidas a grupos de pessoas são criadas com base em critérios socialmente construídos e não em indícios perceptivos. Logo, porque deverá o processo de comparação social requerer a presença física de um alvo de comparação que funcionaria, de algum modo, como uma entidade psicofísica? O próprio *minimal group paradigm* corrobora esta especulação: embora os sujeitos creiam encontrar-se numa situação de comparação social «objectiva», eles não possuem, de facto, qualquer informação concreta relevante sobre os grupos em presença. Trata-se, assim, de uma situação construída socialmente (cf Gergen, 1982), como aliás o mostraram Marques, Yzerbyt e Rijsman (1988) nos estudos referidos numa secção anterior.

#### COMPARAÇÃO SOCIAL E TEORIA DAS NORMAS

Kahneman e Miller (1986) apresentaram uma teoria do processamento de informação que, embora difira em alguns aspectos importantes da teoria de Sherif e Hovland (1961), não altera, no entanto, as suas implicações fundamentais para o nosso problema. A ideia básica destes autores é de que o conhecimento sobre categorias de objectos e de pessoas é representado em termos de normas, determinantes das expectativas sobre ocorrências de estímulos pertencentes a essas categorias. Estas normas não corresponderiam a critérios de julgamento previamente armazenados — é esta a principal diferença entre este modelo e o de Sherif e Hovland (1961) — mas sim a relações inferidas *após* a ocorrência de um estímulo.

Este processo de tratamento *on-line* de informação operar-se-ia através da evocação de representações de exemplares discretos — não assimilados às características gerais das suas categorias de pertença — que definiriam o estatuto «normal» ou «anormal» do estímulo: um estímulo seria considerado como

tanto mais «anormal» quanto maior fosse a quantidade de exemplos alternativos recuperados em memória, e tanto mais «normal» quanto maior fosse o número de representações «exemplares» que se lhe assemelhassem. O processo de decisão proposto por Kahneman e Miller (1986) apresenta, assim, duas vantagens óbvias para a sua aplicação na análise do processo de comparação social. Para além de permitir continuar a perspectivar este processo como simbólico, o modelo de Kahneman e Miller integra-se perfeitamente nas abordagens mais recentes dos processos de inferência e categorização semântica (cf Smith & Medin, 1981), e apresenta o processo de comparação sob uma luz *fenomenológica*, mais do que *probabilística*.

No caso de julgamentos relacionados com grupos, o modelo de Kahneman e Miller permite-nos especular que uma atitude de *ingroup favouritism* implica uma forte disponibilidade cognitiva de exemplos positivos associados ao ingroup e uma fraca disponibilidade de exemplos negativos associados a esse mesmo grupo. Assim, um exemplar negativo do ingroup seria julgado como mais «anormal» do que o exemplar negativo associado ao outgroup. Para além disso, como uma norma pode ter distribuições mais ou menos enviesadas consoante os exemplos a que se aplica (Kahneman & Miller, 1986) é possível que um elemento positivo associado ao ingroup seja considerado tão «normal» como um elemento positivo associado ao outgroup, mas que a posição ocupada pelo primeiro na escala da distribuição seja mais elevada do que a posição ocupada pelo segundo.

Em suma, embora por vias diferentes, os modelos de Sherif e Hovland (1961) e de Kahneman e Miller (1986) permitem compreender a ocorrência do *black sheep effect*, mesmo na ausência de uma comparação intergrupar. É possível que os critérios de julgamento utilizados nesse processo sejam normativamente construídos (Sherif, 1966) e individualmente assimilados (Tajfel, 1981), correspondendo, deste modo, a princípios psico-sociais de

organização cognitiva, no sentido mais literal do termo (Marques, 1986).

#### BLACK SHEEP EFFECT EM SITUAÇÕES DE COMPARAÇÃO E INTRA- E INTER-GRUPAL

Embora não tenham testado qualquer dos modelos referidos acima, Marques e Yzerbyt (1988) procuraram demonstrar que o *black sheep effect* pode ocorrer independentemente do tipo de comparação social induzido.

Num estudo, os sujeitos deviam ouvir dois pequenos discursos e avaliar a capacidade discursiva dos seus autores. Numa condição, os discursos eram igualmente «bons», enquanto que, noutra, se tratava de discursos igualmente «maus». Dentro de cada condição, enquanto que alguns sujeitos eram informados, por escrito, que o primeiro discursante era membro do ingroup e que o segundo era membro do outgroup, outros sujeitos eram informados do inverso. Tratava-se, em ambos os casos, de uma situação de comparação social *intergrupal*. Noutro estudo, os sujeitos ouviam um discurso «bom» e um discurso «mau», mas enquanto que uns eram informados de que os discursantes eram membros do ingroup, outros sujeitos eram informados de que se tratava de dois membros do outgroup. Tratava-se, assim de uma situação de comparação social *intragrupal*. A hipótese global era, simplesmente, a de que o *black sheep effect* emergiria em ambos os estudos. Os resultados (cf Figura 6) suportaram esta hipótese. Para além disso, ao avaliarem a «capacidade discursiva global» do ingroup e do outgroup, os sujeitos mostraram um *ingroup bias*. Estes resultados indicam que é, de facto, possível que o processo de comparação social possa ocorrer independentemente do número e tipo de estímulos objectivamente implicados. Possivelmente, os sujeitos são capazes de posicionar cognitivamente o ingroup e o outgroup em termos globais, assim como os seus membros distintivos numa só dimensão ava-

liativa, e as suas respostas traduzem este posicionamento.

Em conclusão, o *black sheep effect* — enquanto padrão de julgamento bipolar, fixo ou flexível, determinado por uma atitude de orientação positiva em relação ao ingroup — parece poder ser considerado, não só como uma alternativa válida à hipótese da homogeneidade do outgroup, mas também como uma extensão pertinente para a teoria da identidade social.

#### CONCLUSÕES

Revimos neste artigo uma série de estudos representativos de duas linhas importantes de estudo de julgamento intergrupos. Estas linhas de estudo baseiam-se em pontos de vista diferentes acerca das bases psicológicas e socio-psicológicas desse processo. Enquanto alguns se baseiam numa óptica construcionista, quer em termos dos processos de elaboração de critérios diferenciadores da pertença dos indivíduos, quer em termos dos processos interpretativos da realidade em situações de grupo, outros baseiam-se numa óptica psicofísica, segundo a qual os estereótipos são representações simplistas de estimulação potencialmente acessível aos sujeitos. Enquanto que, para o primeiro ponto de vista, a categorização social corresponde a um esforço de organização social e cognitiva com implicações directas para o sujeito, também ele próprio posicionado num sistema social representado, para o segundo ponto de vista, o processo de categorização social corresponde a um esforço de adequação à complexidade de estimulação que ultrapassa as capacidades perceptivas e cognitivas do indivíduo.

Na discussão destes pontos de vista, esperamos ter podido suscitar alguma dúvida sobre a validade empírica dos estudos baseados na perspectiva psicofísica e *a fortiori* sobre a validade desta perspectiva em si mesma: nenhum dos estudos descritos

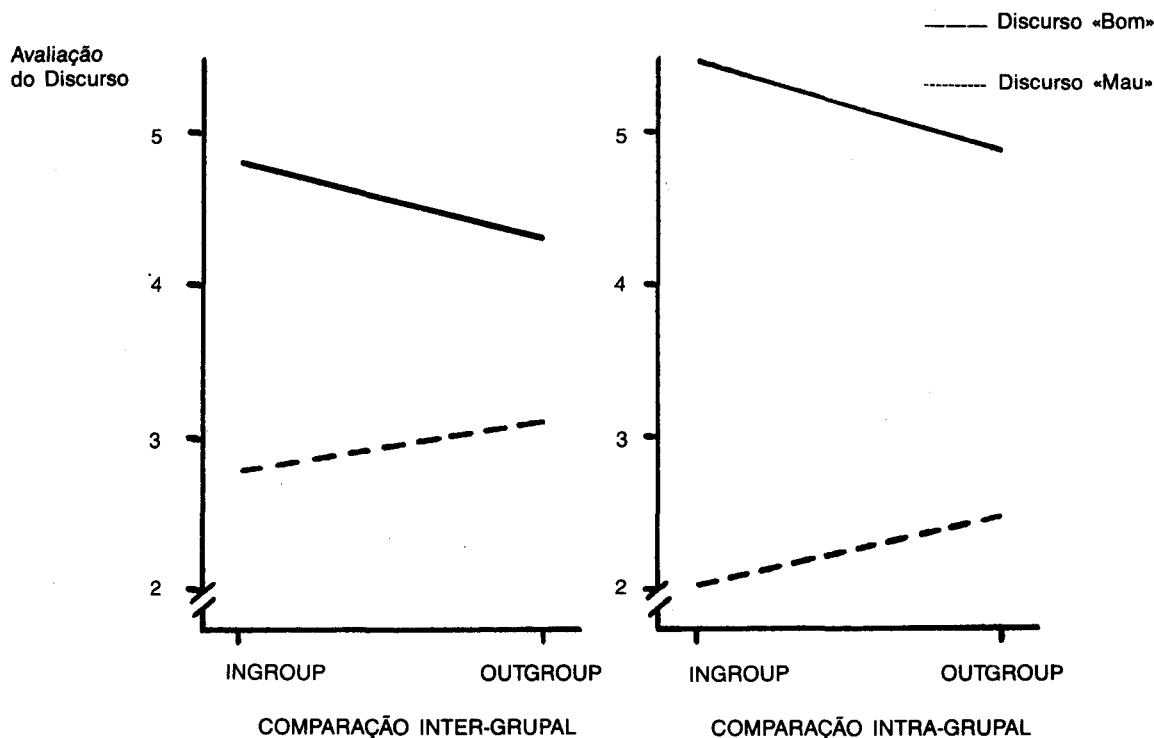


FIGURA 6. Black Sheep Effect em Situações de Comparação Social Intra e Intergrupos. Adaptado de Marques, J. M. & Yzerbyt, V. Y. (1988). The black sheep effect: Judgmental extremity towards ingroup members in intra-group and inter-group situations. *No prelo*.

demonstra inexoravelmente a validade do postulado de determinação puramente psicofísica das categorias sociais e das cernças que lhes estão associadas. Devemos salientar, apesar disso, que os estudos inspirados nesta perspectiva têm uma grande utilidade de motivarem uma necessidade de desenvolvimento teórico por parte da perspectiva *psico-social*. Foi o que procurámos fazer nos estudos sobre o *black sheep effect* e com o presente artigo.

Um último comentário deve ser feito em relação à tipologia que propusemos no Quadro 1. Essa tipologia deve ser considerada como um instrumento de trabalho, e não como um sistema finalizado. De facto, por um lado, são necessárias variáveis de classificação adicionais, ou novas entradas na tabela. Para citarmos apenas dois exemplos,

deveriam poder ser incluídos nesta tipologia, os estudos que se preocupam com os efeitos do estatuto maioritário inter- e intra-grupal (cf Levine, 1980; Sousa, 1987), desenvolvidos, respectivamente, no quadro da teoria da identidade social e no quadro das análises dos processos de influência social. Por outro lado, não enquadrámos nesta tipologia muitos outros estudos que mostram a emergência de um real favoritismo em relação ao outgroup (cf Tajfel, 1981; Van Knippenberg, 1984). Mas, como algumas tipologias, esta poderá revelar-se útil, não só por fornecer uma visão mais «holística» do que as presentemente disponíveis na literatura sobre o estado da investigação sobre os julgamentos intergrupos, mas também por permitir explicações eventualmente parcimoniosas da disparidade aparente dessa investigação.



## REFERÊNCIAS

- Allen, V. & Wilder, D. (1975). Categorization, belief similarity and intergroup discrimination. *Journal of Personality and Social Psychology*, 32, 971-977.
- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Reading, Mass: Addison-Wesley.
- Ashmore, R. & DelBoca, F. (1981). Conceptual approaches to stereotypes and stereotyping. In D. Hamilton (ed) *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Billig, M. (1973). Normative communication in a minimal intergroup situation. *European Journal of Social Psychology*, 3, 339-344.
- Billig, M. (1976). *Social psychology and intergroup relations*. Londres: Academic Press.
- Billig, M. & Tajfel, H. (1973). Social categorization and similarity in intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 3, 27-52.
- Brewer, M. B. (1979). Ingroup bias in the minimal intergroup situation: a cognitive-motivational analysis. *Psychological Bulletin*, 86, 307-324.
- Brewer, M. B. & Kramer, R. (1985). The psychology of intergroup attitudes. *Annual Review of Psychology*, 36, 219-243.
- Brown, R. & Turner, J. (1981). Interpersonal and intergroup behaviour. In J. Turner e H. Giles (eds) *Intergroup behaviour*. Oxford: Blackwell.
- Bruner, J., Goodnow, J. & Austin, C. (1956). *A study of thinking*. Nova Iorque: Wiley.
- Campbell, D. (1967). Stereotypes and the perception of group differences. *American Psychologist*, 22, 817-829.
- Cantor, N. & Mischel, W. (1979). Prototypes in person perception. In L. Berkowitz (ed) *Advances in Experimental Social Psychology*, Vol. 12. Nova Iorque: Academic Press.
- Cartwright, D. & Zander, A. (1968). *Group dynamics: Research and theory*. Nova Iorque: Harper & Row.
- Dienstbier, R. (1972). A modified belief theory of prejudice emphasizing the mutual causality of racial prejudice and anticipated belief differences. *Psychological Review*, 79, 146-160.
- Duncan, B. (1976). Differential perception and attribution of intergroup violence: testing the limits of stereotyping of blacks. *Journal of Personality and Social Psychology*, 34, 590-598.
- Festinger, L. (1950). Informal social communication. *Psychological Review*, 57, 271-282.
- Gergen, K. E. (1982). *Toward transformation in social knowledge*. Nova Iorque: Springer.
- Hamilton, D. (1981). Cognitive representations of persons. In E. Higgins, C. Herman e M. Zanna (eds) *Social cognition: The Ontario symposium on personality and social psychology*, Vol. 1. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Hamilton, D. & Gifford, R. (1976). Illusory correlation in interpersonal perception: A cognitive basis of stereotypic judgments. *Journal of Experimental Social Psychology*, 12, 392-407.
- Hastie, R. (1981). Principles in human memory. In E. Higgins, C. Herman e M. Zanna (eds) *Social cognition: The Ontario symposium on personality and social psychology*, Vol.1. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Higgins, E., Kuiper, N. & Olson, J. (1981). Social cognition: A need to get personal. In E. Higgins, C. Herman e M. Zanna (eds) *Social cognition: The Ontario symposium on personality and social psychology*, Vol.1. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Jones, E. E. & DeCharms, R. (1957). Changes in social perception as a function of the personal relevance of behavior. *Sociometry*, 20, 175-185.
- Judd, C. M. & Lusk, C. M. (1984). Knowledge structures and evaluative judgments: effects of structural variables on judgmental extremity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 46, 1193-1207.
- Kahneman, D. & Miller, D. T. (1986). Norm theory: Comparing reality to its alternatives. *Psychological Review*, 93, 136-153.
- Kiesler, C. A. (1971). *The psychology of commitment: Experiments linking behaviour to belief*. Londres: Academic Press.
- Lemaine, G. (1974). Social differentiation and social originality. *European Journal of Social Psychology*, 4, 17-52.
- Lemaine, G., Katzerstein, J. & Personnaz, B. (1978). Social differentiation. In H. Tajfel (ed) *Differentiation between social groups*. Londres: Academic Press.
- LeVine, R. & Campbell, D. (1972). *Ethnocentrism: theories of conflict, ethnic attitudes, and group behavior*. Nova Iorque: Wiley.
- Levine, J.M. (1980). Reactions to opinion deviance in small groups. In P. B. Paulus (ed) *Psychology of group influence*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Linville, P. W. (1982). The complexity-extremity effect and age-based stereotyping. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42, 193-211.
- Linville, P. W. & Jones, E. E. (1980). Polarized appraisals of out-group members. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 689-703.
- Marques, J. M. (1986). Toward a definition of social processing of information: An application to stereotyping. *Tese de Doutorado*. Louvain-la — Neuve: Universidade Católica de Lovaina.
- Marques, J. M. & Yzerbyt, V. Y. (1988). The black sheep effect: Extremity of judgements towards ingroup members in intra- and inter-group situations. *No prelo*.
- Marques, J. M., Yzerbyt, V. Y. & Leyens, J. -Ph. (1988).

- The «black sheep effect»: Extremity of judgments towards ingroup members as a function of group identification. *European Journal of Social Psychology*, 18, 1-16.
- Marques, J. M., Yzerbyt, V. Y. & Rijsman, J. B. (1988). Context effects on intergroup discrimination: Ingroup favouritism as a function of experimenter's provenance. *No prelo*.
- Millar, M. G. & Tesser, A. (1986). Thought-induced attitude change: The effects of schema structure and commitment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 259-269.
- Miller, A. (1982). Historical and contemporary perspectives on stereotyping. In A. Miller (ed) *In the eye of the beholder: Contemporary issues in stereotyping*. Nova Iorque: Praeger.
- Moreland, R. & Levine, J. M. (1982). Socialization in small groups: Temporal changes in individual-group relations. In L. Berkowitz (ed) *Advances in Experimental Social Psychology*, Vol. 15. Nova Iorque: Academic Press.
- Mummendey, A. & Schreiber, H.-J. (1984). «Different» just means «better»: Some obvious and some hidden pathways to ingroup favouritism. *British Journal of Social Psychology*, 23, 363-368.
- Mummendey, A. & Simon, B. (1987). Better or different III: The impact of importance of comparison dimension and relative ingroup size upon intergroup discrimination. *Bielefelder Arbeiten zur Sozialpsychologie*, Nr. 136.
- Oakes, P. J. & Turner, J. C. (1980). Social categorization and intergroup behaviour: Does minimal intergroup discrimination make social identity more positive? *European Journal of Social Psychology*, 10, 295-300.
- Ostrom, T., Pryor, J. & Simpson, D. (1981). The organization of social information. In E. Higgins, C. Herman e M. Zanna (eds) *Social cognition: The Ontario symposium on personality and social psychology*, Vol.1. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Park, B. & Rothbart, M. (1982). Perception of outgroup homogeneity and levels of social categorization: Memory for the subordinate attributes of ingroup and outgroup members. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42, 1051-1068.
- Peabody, D. (1970). Evaluative and descriptive aspects in personality perception. *Journal of Personality and Social Psychology*, 16, 639-646.
- Rijsman, J. B. (1983). The dynamics of social competition in personal and categorical comparison situations. In W. Doise e S. Moscovici (eds) *Current issues in European social psychology*, Vol.1. Cambridge/Paris: Cambridge University Press/ Maison des Sciences de l'Homme.
- Rothbart, M. (1981). Memory processes and social beliefs. In D. Hamilton (ed) *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Rothbart, M., Fulero, S., Jensen, C., Howard, J. & Birrell, P. (1978). From individual to group impressions: Availability heuristics in stereotype formation. *Journal of Experimental Social Psychology*, 14, 237-255.
- Sherif, M. (1966). *The psychology of social norms*. Nova Iorque: Harper & Row.
- Sherif, M. & Hovland, C. I. (1961). *Social judgment: Assimilation and contrast effects in communication and attitude change*. New Haven: Yale University Press.
- Smith, E. E. & Medin, D. L. (1981). *Categories and concepts*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Sousa, E. S. (1987). Attribution in the social context: A conceptual analysis. *Tese de Douturamento*. Louvain-la-Neuve: Universidade Católica de Lovaina.
- StClaire, L. & Turner, J. C. (1982). The role of demand characteristics in the social categorization paradigm. *European Journal of Social Psychology*, 12, 307-314.
- Tajfel, H. (1969). Cognitive aspects of prejudice. *Journal of Social Issues*, 25, 79-97.
- Tajfel, H. (1978). *Differentiation between social groups*. Londres: Academic Press.
- Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories: Studies in social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tajfel, H. (1982). Social psychology of intergroup relations. *Annual Review of Psychology*, 33, 1-39.
- Tajfel, H., Billig, M., Bundy, R. P. & Flament, C. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-178.
- Tajfel, H. & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin e S. Worchel (eds) *The social psychology of intergroup relations*. Monterey, Ca: Brooks/Cole.
- Tajfel, H. & Wilkes, A. (1963). Classification and quantitative judgment. *British Journal of Psychology*, 54, 101-104.
- Taylor, D. & McKirnan, D. (1984). A five-stage model of intergroup relations. *British Journal of Social Psychology*, 23, 291-300.
- Taylor, S. E. (1981). A categorization approach to stereotyping. In D. Hamilton (ed) *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Taylor, S. E. & Crocker, J. C. (1981). Schematic bases of social information processing. In E. Higgins, C. Herman e M. Zanna (eds) *Social cognition: The Ontario symposium on personality and social psychology*, Vol. 1. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Taylor, S. E., Fiske, S. E., Etcoff, N. & Ruderman, A.

- (1978). Categorical and contextual bases of person memory and stereotyping. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36, 778-793.
- Tesser, A. (1978). Self-generated attitude change. In L. Berkowitz (ed) *Advances in Experimental Social Psychology*, Vol. 11. Nova Iorque: Academic Press.
- Tesser, A. & Leone, C. (1977). Cognitive schemas and thought as determinants of attitude change. *Journal of Experimental Social Psychology*, 13, 340-356.
- Turner, J. C. (1975). Social comparison and social identity: Some prospects for intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-178.
- Turner, J. C. (1981). The experimental social psychology of intergroup behaviour. In J. C. Turner e H. Giles (eds) *Intergroup behaviour*. Oxford: Blackwell.
- Turner, J. C. (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. Oxford: Blackwell.
- Tversky, A. & Kahneman, D. (1973). Availability: A heuristic for judging frequency and probability. *Cognitive Psychology*, 5, 207-232.
- Tversky, A. & Kahneman, D. (1974). Judgment under uncertainty: Heuristics and biases. *Science*, 185, 1124-1131.
- Van Knippenberg, A. V. M. (1984). Intergroup differences in group perceptions. In H. Tajfel (ed) *The social dimension*, Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press.
- Weber, R. & Crocker, J. (1983). Cognitive processes in the revision of stereotypic beliefs. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45, 961-967.
- Wilder, A. (1984). Predictions of belief homogeneity and similarity following social categorization. *British Journal of Social Psychology*, 23, 323-334.
- Wilder, D. & Cooper, W. (1981). Categorization into groups: Consequences for social perception and attribution. In J. Harvey, W. Ickes e R. Kidd (eds) *New directions in attribution research*, Vol.3. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Word, C., Zanna, M. & Cooper, J. (1974). The nonverbal mediation of self-fulfilling prophecies in inter-

racial interaction. *Journal of Experimental Social Psychology*, 10, 102-120.

Wyer, R. S. Jr. & Scrull, T. K. (eds) (1984). *Handbook of social cognition*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

## RESUMO

Neste artigo, é proposta uma análise conceitual das principais variáveis desenvolvidas por duas orientações importantes no domínio do estudo dos julgamentos intergrupos: a teoria da identidade social (Tajfel, 1978; Tajfel & Turner, 1979) e a hipótese da homogeneidade do outgroup (por exemplo, Taylor, 1981). São discutidos, no seio desta duas orientações, os modelos da complexidade-extremismo (Linville, 1982), da polarização de atitudes (Tesser, 1978; Millar & Tesser, 1986) e do *black sheep effect* (Marques, Yzerbyt & Leyens, 1988), assim como alguns estudos relevantes para uma tipologia da investigação neste domínio. É proposto, ainda, um modelo de comparação social inter- e intra-grupal baseado na teoria dos julgamentos sociais, de Sherif e Hovland (1961) e na teoria das normas, de Kahneman e Miller (1986).

## ABSTRACT

This paper proposes a conceptual analysis of the main variables developed under two major trends of study of intergroup judgments: social identity theory (Tajfel, 1978; Tajfel & Turner, 1979) and the outgroup homogeneity hypothesis (e.g. Taylor, 1981). The complexity-extremity model (Linville, 1982), the attitude polarization model (Tesser, 1978; Millar & Tesser, 1986), and the black sheep effect (Marques, Yzerbyt & Leyens, 1988), as well as some studies relevant in light of a proposed typology of research on intergroup judgments, are discussed. An alternative model of simultaneously occurring inter and intra-group comparison is also proposed on the basis of Sherif and Hovland's (1961) social judgment theory and Kahneman and Miller's (1986) norm theory.

# ADISPA

## ACÇÕES DE RECICLAGEM PROFISSIONAL

Na sequência de acções anteriores, a **ADISPA** vai promover mais duas acções de reciclagem profissional na área da educação.

### TEMAS:

- Problemas de Comunicação em crianças
- Intervenção, Orientação e Integração de crianças com necessidades educativas especiais

### RESPONSÁVEIS:

- Dr. Francisco Vaz da Silva  
(Direcção-Geral Ensino Básico)
- Dr.<sup>a</sup> Manuela Machado  
(Direcção de Serviços de Orientação e Intervenção Pedagógica. ISPA)

Com início em Novembro/Dezembro de 1988, estão previstas seis sessões de discussão de casos e cinco sessões teóricas. Periodicidade semanal em horário pós-laboral.

As inscrições são limitadas a 10 pessoas por Acção.

Para mais informações contactar

### ADISPA

Rua Jardim do Tabaco, 44  
1100 LISBOA